



# Anais da Assembléia

Nº 131

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA  
ATA DA 122ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 1984.  
(Terça - Feira)

(a) JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado  
À Diretoria Legislativa.

Curitiba, 03 de dezembro de 1984.  
MENSAGEM Nº 275/84

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, para, nos termos do § 1º, letra b, do art. 15, da Constituição Estadual, convocar essa Augusta Assembléia Legislativa a reunir-se extraordinariamente, de 06 a 31 do corrente mês, para o fim especial de apreciar as seguintes matérias de relevante interesse público:

I — As constantes das Mensagens n.ºs 209/84, 218/84, 219/84, 227/84, 228/84, 233/84, 234/84, 236/84, 238/84, 239/84, 248 à 274/84, já encaminhadas a essa Augusta Assembléia Legislativa;

II — As que objetivam referendo a Convênios celebrados pelo Estado, cujas Mensagens encontram-se em tramitação nessa Casa de Leis;

III — Outras a serem oportunamente encaminhadas.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA  
Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, PREFERÊNCIA DE VOTAÇÃO para o Projeto de Resolução n.º 200/84 e para os Projetos de Lei n.ºs 281, 308, 312, 331 e 334, todos de 1984, constantes da Ordem do Dia desta data.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que o Projeto de lei de n.º 192/80, que visa a criação do Município de São José, com território desmembrado do Município de Santa Helena, seja apreciado pelo Douta Comissão de Constituição e Justiça, desta Casa, tendo em vista que em data de 27 de junho de 1982, foi realizado o plebiscito naquela região, com resultado favorável àquela criação, e homologado pelo Tribunal Regional Eleitoral, conforme of. n.º 03282 de 20/08/82 Prot. n.º 6295, encaminhado à Presidência desta Casa.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz tendo em vista a ansiedade com que a população laboriosa de São José aguarda a definição dos Poderes Públicos de nosso Estado, na concretização da sua emancipação política, o que

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Odeni Mongruel e Antônio Belinati.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Belinati, Antônio Annibelli, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Hermas Brandão, Homero Oguido, José Antônio Fonseca, Márcio Almeida, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Paulo Fuariatti, Péricles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, e Tuguio Setogutte. (37). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Werner Wanderer, Fuad Nacli, Artagão Mattos Leão, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ironi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Tércio Albuquerque e Wilson Fortes (20). Achando-se em licença o Senhor Deputado Nilso Sguarezi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
SESSÃO.

O PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM Nº 258/84

Curitiba, 30 de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o preceito contido no art. 22, inciso I, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, por algumas horas, no dia 9 de dezembro de 1984, com destino a Puerto Iguazu, Argentina, a fim de acompanhar o Presidente João Baptista Figueiredo no encontro que sua Excelência manterá com o Excelentíssimo Senhor Presidente Raul Alfonsín.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

por certo ocasionará um maior esforço daquela comunidade no engrandecimento paranaense.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor JOÃO MANOEL DOS SANTOS, ocorrido nesta Capital, em 30/11, p. passado.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência à família enlutada à Rua Olavo Bilac, 502 Batel.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento, no último dia 21 de novembro, na cidade de União da Vitória, do Senhor João Paulo Reolon.

Nascido em Guaporé, Rio Grande do Sul, a 24 de julho de 1905, o extinto era filho de José Reolon e de Dona Amélia Bergamasch, deixando viúva a Senhora Helena Reolon e os seguintes filhos: Zelmir (já falecido), Írio, Alcir, Leonélia, Iraci, Guiomar, Wilson, Deloni Osmélia, Isolda Sofia, João Alberto e Abilon Rogério, deixa ainda 48 netos e 21 bisnetos.

Juntamente com seu amigo Manoel Martins foi um dos pioneiros da região, à qual se dedicou com todo o carinho e dedicação, sendo inclusive, com outros amigos, fundador da Capela do Rocio, que hoje é a Igreja Matriz do bairro do mesmo nome.

Por sua vida profícua e pelo incontável número de amigos que deixa, este companheiro leal, peemedebista convicto e de primeira hora, será uma ausência para sempre sentida por aqueles que com ele tiveram a honra e o prazer de conviver.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ALTERIO SORDI, ocorrido no dia 30 de novembro de 1984.

Requer ainda, que seja enviada cópia aos familiares na Rua M.A. Souza, s/n - CASCAVEL.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

A homenagem que propomos objetiva demonstrar o sentimento dos paranaenses, mormente aqueles que residem em Cascavel, pelo passamento de uma pessoa de elevadíssima estima e de tradicional família que orgulha Cascavel e Oeste Paranaense

em virtude dos relevantes serviços prestados ao desenvolvimento do Oeste Paranaense pelo pioneirismo e pela consagração de sua existência ao progresso da nossa sociedade em todos os seus segmentos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido dia 1.º do corrente, nesta capital, do Senhor Nazem Bufrem.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

Nascido em Ponta Grossa, no dia 08 de abril de 1913, Nazem Brufrem radicou-se em Marechal Mallet, no Sul do Paraná, no ano de 1939, tendo se destacado como homem dinâmico e empreendedor nos setores da indústria e do comércio. Embora não tendo atuação política, tinha profunda crença nos valores democráticos e na livre iniciativa como instrumento para o desenvolvimento econômico e social.

Empresarialmente, foi um dos responsáveis pelo impulso à indústria madeireira na região de Mallet, assim como ao processamento industrial da erva mate. Era homem de grande relacionamento na sua comunidade, onde a família Bufrem é das mais tradicionais.

Filho de Alexandre e Maria Hoffmann Bufrem, Nazem Bufrem deixa a esposa, dona Sanita Sá Bufrem e os filhos Alfredo, Nazem e Selenita Mara, além de grande legião de amigos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, vasto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Aparecido dos Santos Bicalho, ocorrido no último dia 1.º na Municipalidade de Ubitatã.

O falecimento do Senhor Aparecido dos Santos, vítima de um acidente de motocicleta ocorrido no último dia 1.º, enlutou a cidade de Ubitatã. Pois o desaparecido tinha um voto círculo de amigos junto à sociedade daquele município, sendo bastante respeitado e admirado pelos seus exemplares comportamentos tanto na vida profissional, como Oficial de Justiça há 7 anos ou no relacionamento com os amigos.

Não poderia me furtar do dever de, através do presente requerimento, manifestar sentimentos de tristeza, com relação ao acontecido. O falecimento do Senhor Aparecido dos Santos Bicalho representa uma perda irreparável junto à coletividade ubiratanense, deixando além de muitos conhecidos que teve ao longo dos 14 anos que residiu na cidade e familiares, deixa também sua esposa, Senhora Maria Aparecida Brize e três filhos surgidos deste feliz matrimônio: Cláudia dos Santos Bicalho, Claudinei dos Santos Bicalho e

Rosana dos Santos Bicalho.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado voto de congratulações pela eleição do Doutor ANTÔNIO. ARNALDO DE BONA, para Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Subseção de Cascavel.

Requer ainda que seja enviada cópia ao Doutor Antônio Arnaldo de Bona para a Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção de Cascavel.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL

## JUSTIFICATIVA:

Homem radicado em Cascavel há duas décadas, Doutor Antônio Arnaldo de Bona, sempre desenvolveu trabalho em prol do progresso de Cascavel e sua eleição para a Ordem dos Advogados do Brasil Subseção de Cascavel, é um reconhecimento da classe dos advogados do Oeste Paranaense à sua obra.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de congratulações ao advogado Doutor MAURO VIOTTO, pela sua eleição como presidente da OAB-PR, seccional de Londrina.

Nossa proposição se faz necessária para o digno reconhecimento do trabalho realizado em Londrina, no Paraná e no Brasil pelo brilhante advogado Mauro Viotto. Suas lutas e atitudes democráticas sempre foram marcadas nas campanhas políticas e nos movimentos grevistas no Paraná, onde sempre atuou em defesa do trabalhador.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) FIORI LUIZ

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consagração de um voto de congratulações pela passagem do "Dia da Propaganda", fazendo enviar expediente ao Presidente do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná, Doutor Norberto F. F. de Castilho.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI

## JUSTIFICATIVA:

A propaganda é a alma da comunicação. Ela possibilita e dá totais condições aos órgãos comunicadores não só de sobrevivência, mas sobretudo de poderem levar à população os reais efeitos dos seus propósitos.

Sem a divulgação o mundo não vive, pois não há a propagação dos acontecimentos. E sem a propaganda a humanidade fica alheia aos fatos.

A propaganda facilita o consumidor na aquisição dos produtos por ele desejados seja pela qualidade,

seja pelo aspecto econômico. Com isso, os maiores beneficiados são os anunciantes que se utilizam da propaganda, seguindo o adágio de que "a propaganda é a alma do negócio".

A propaganda é constante, é diária, é necessária, é indispensável. Assim, todos os momentos são de propagação, divulgando-se o que ocorreu ontem, o que ocorre hoje o aquilo que pode acontecer amanhã. É a forma da propaganda, da divulgação sempre bem feita dos seus profissionais e dos que dela usufruem, a força de resultados auspiciosos almejados por todos.

Aliando-se às comemorações do "Dia da Propaganda", festejado nesta data, nada mais justo esta Casa consignar em seus Anais um voto de congratulações, cientificando a Presidência do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná, na pessoa do Doutor Norberto F. F. de Castilho, do tributo de nossa homenagem, de nosso respeito e admiração a todos os profissionais da propaganda, verdadeiros mensageiros das coisas e causas em prol da sociedade.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Governador do Estado, apelo no sentido de ser concedido benefício de redução nos custos das tarifas de fornecimento de energia elétrica residencial, por parte da COPEL, aos consumidores paranaenses que ganhem mensalmente até dois salários mínimos.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

## JUSTIFICATIVA:

Dentro do quadro do processo inflacionário que a população se encontra, em que os custos dos serviços públicos têm aumentado consideravelmente, muito além dos aumentos de salários concedidos aos trabalhadores, é importante toda e qualquer ação que vise melhorar a situação da população.

A COPEL, Companhia Paranaense de Energia Elétrica, tem apresentado em seus balanços resultados altamente expressivos, acumulando lucros elevados e, inclusive, fazendo aplicações na construção de usinas hidrelétricas, como exemplo a Usina de Segredo, apesar de, no momento, haver consideráveis sobras de energia hidrelétrica no Paraná. A empresa tem, portanto, suporte de caixa para conceder o benefício.

Ao estabelecer uma tarifa diferenciada para os consumidores que ganham até dois salários mínimos, o Governo do Estado estará colaborando para amenizar os efeitos penalizadores da inflação sobre a população paranaense, e contribuindo para que se estabeleça no País mais justiça sócio-econômica.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente, subscreve, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam oficiados aos Excelentíssimos Senhores Senadores e Deputados Federais, pelo Paraná, bem como ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil, solicitando estudos no sentido de se instalar uma agência,

dessa organização bancária, no Município de Atalaia - Pr.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Em atenção ao Senhor Engenheiro Claudomiro Siroti, Prefeito do Município de Atalaia, estamos hipotecando nosso apoio e solidariedade ao solicitado.

A Prefeitura encaminhou um diagnóstico da realidade do Município à Diretoria do Banco do Brasil, em Brasília, solicitando da mesma a implantação de uma agência no Município de Atalaia.

Esta é uma reivindicação que a comunidade atalaiense busca há muito tempo, pois o município em termos relativos, é um dos maiores produtores da região, com uma distribuição latifundiária de quase 90% de pequenos e médios proprietários, e, desse total cerca de 92% têm de buscar financiamentos agrícolas em outras praças.

Em função destas colocações, solicitamos que estudos sejam feitos para que se torne realidade esse sonho de Atalaia.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, visando a destinação de recursos de ordem financeira a serem aplicados no pagamento do 13.º salário à classe dos servidores públicos da Municipalidade de Ubitatã.

Tendo em vista o término do ano que se aproxima, a Administração Municipal de Ubitatã vive um sério problema, referente ao seu setor funcional. Pois não dispõe de recursos, em seus cofres, suficientes para assegurar o pagamento normal do 13.º salário à classe dos servidores públicos.

Neste sentido, a participação do Governo Estadual é imprescindível, através da liberação imediata de verbas que possam fazer frente aos compromissos com as citadas obrigações salariais.

Portanto, aguarda-se do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado o atendimento do que ora é pretendido, cujo interesse para a classe funcional da Prefeitura Municipal de Ubitatã quanto à ajuda dessa Governadoria, é indiscutível.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Poder Executivo para que a Casa Civil preste as informações que solicitamos em seguida, sobre os dispêndios realizados, de janeiro a novembro de 1984, e os gastos cuja realização está prevista para dezembro de 84, em despesas de Comunicação Social de cada um dos Órgãos da Administração Direta, cada Empresa de Economia mista, cada Empresa Pública, cada Autarquia, cada Fundação do Estado e cada Órgão de Regime de Execução Especial.

Encarecemos que seja informado, separando-se

o realizado (Jan a Nov de 84) e o previsto (Dez-84), sobre todos os órgãos acima mencionados, o seguinte:

- 1) - Quanto cada um dos órgãos gastou e gastará em Comunicação Social;
- 2) - Quanto foi gasto e se gastará, no total, através de licitações;
- 3) - Quanto, no total, foi gasto e se gastará sem licitações. Nestes casos esclarecer o fundamento legal para dispensa de licitações;
- 4) - Quanto, no total, foi gasto e se gastará, com as Agências de Publicidades como custos de produção e comissão de veiculação, indicando o valor correspondente e cada uma delas;
- 5) - Quanto, no total, foi gasto e se gastará, com cada Jornal (indicando seu nome, localização e valor);
- 6) - Quanto, no total, foi gasto e se gastará, com cada REVISTA (indicando seu nome, localização e valor);
- 7) - Quanto, no total, foi gasto e se gastará, com cada EMISSORA DE TELEVISÃO (indicando seu nome, localização e valor);
- 8) - Quanto, no total, foi gasto e se gastará com cada EMISSORA DE RÁDIO (indicando seu nome, localização e valor);
- 9) - Quanto, no total, foi gasto e se gastará em "Out-door" (indicando quanto por cidade em que se utilizou o veículo);
- 10) - Informar todas as campanhas publicitárias, indicando quanto foi dispendido e se dispendirá em cada uma delas.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

I) - Nunca propugnamos a eliminação dos gastos com Comunicação Social, mas é dever fiscalizador do Legislativo: exame criterioso dos recursos oficiais que são dispendidos neste item de despesa, e com este pensamento não de concordar todos aqueles que desejam um Legislativo autônomo, soberano e cumpridor de suas atribuições.

II) - As informações que solicitamos não podem ser inferidas do exame das propostas orçamentárias, de vez que o documento nada indica (sobre este tipo de despesas) com relação aos órgãos da Administração Indireta. Mesmo com relação à Administração Direta, só fornece informações quanto à Governadoria, nada dizendo sobre os gastos de Comunicação Social de cada uma das Secretarias, pois tais previsões geralmente estão embutidas, entre outras despesas, de Serviços de Terceiros da atividade Manutenção de Gabinetes de Secretários.

III) - O pedido também não se constitui intromissão descabida, de vez que sendo para um Governo Transparente, não há que esconder da opinião pública deste tipo de gastos é prática de Governos de outros Estados, como é o caso de São Paulo que publicou, na página 6 da edição de 23 do corrente da "Folha de São Paulo", informações idênticas as que estamos solicitando.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento

de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, no sentido da liberação de recursos orçamentários que serão aplicados no pagamento dos honorários, que se encontram atrasados, da Municipalidade de Terra Boa.

A informação quanto a atrasos nos vencimentos dos salários da classe funcional da Administração Municipal parte do Excelentíssimo Senhor Prefeito de Terra Boa, Elso Garcia Segura. Pois, segundo ainda aquela autoridade, tal situação, como explica correspondência neste sentido, deve-se à grave situação por que passam praticamente todas as prefeituras do País, ante a crise sócio-econômica, o que tem deixado todas as mesmas com absoluta escassez de recursos financeiros.

Ademais, além dos atrasos verificados, aquela mesma Prefeitura de Terra Boa tem também que pagar o 13.<sup>o</sup> salário, tendo em vista o término do ano que se aproxima.

Neste sentido, é de se esperar do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, o encaminhamento de medidas que resultem em auxílio para o Poder Executivo de Terra Boa, com relação aos servidores municipais.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes no sentido do apoio para a pavimentação de diversas vias urbanas da Municipalidade de Juranda.

O presente requerimento se faz necessário tendo em vista iniciativa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Juranda, Diemes Amadei, que manifestou sua posição quanto à necessidade de que essa Secretaria de Estado dos Transportes estude as reais possibilidades de auxiliar a Administração Municipal no asfaltamento de diversas vias existentes no perímetro urbano.

A justificativa apresentada, prende-se ao fato de que a Prefeitura Municipal não dispõe de recursos financeiros próprios capazes de assegurar a execução de obras para aquele setor, tendo em vista a sua situação financeira que é muito difícil além de ser um município bastante novo, e portanto, com uma série de dificuldades em termos de infra-estrutura.

Espera-se que essa Pasta possa atender ao pedido formulado pela Prefeitura de Juranda, pois trata-se de uma reivindicação que, sem dúvida alguma, vêm de encontro aos verdadeiros interesses de sua população.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores: Governador do Estado do Paraná e Secretário dos Transportes, solicitando a construção de uma ponte ligando os Distritos

de Tamarana e Terra Nova, pertencentes aos Municípios de Londrina e São Jerônimo da Serra, respectivamente.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

A construção de uma ponte ligando estes dois Distritos sem dúvida trará enormes benefícios à população desta região, através de um melhor escoamento de sua produção, para Curitiba e região, especialmente agora com a conclusão da estrada do Cerne, bem como, desafogará as atuais rodovias com esse novo itinerário.

Ressaltamos outrossim, que tal propositura já vem sendo pleiteada pela Câmara Municipal de Londrina junto ao Governador, resta-nos portanto, reforçar as reivindicações da cidade de londrinense.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, encarecendo a destinação de recursos orçamentários a serem aplicados no pagamento dos honorários à classe dos servidores da Municipalidade de Sertãoópolis.

A ausência de uma legislação tributária capaz de atribuir às municipalidades verdadeira autonomia se faz cada vez mais, visto que, a todo o instante, o Governo Federal tem procurado adotar posturas que tenham como objetivo a centralização ainda maior dos recursos arrecadados de tais impostos.

As administrações municipais espalhadas por este imenso território brasileiro, na maioria das vezes enfrentam problemas (que aliás já vem sendo muito comum) de verdadeira falência, ou bem próximo disto.

São poucas as prefeituras que tem, na medida do possível, conseguido superar algumas dificuldades. Todas, no entanto, só têm conseguido promover a realização de algumas obras quando estas têm a importante e decisiva participação da comunidade de um modo geral, notadamente através dos já conhecidos mutirões.

Sertãoópolis é, sem dúvida alguma, um grande exemplo de tal procedimento administrativo a nível local. Pois, a população daquela cidade tem sido ouvida, opinando sobre quais são as prioridades de ações que estejam fundamentalmente voltadas para esta mesma população. Mais do que isto, tem contribuído decisivamente na concretização de tais propósitos.

Os esforços realizados pela Administração Municipal, chefiada pelo Excelentíssimo Senhor José Aparecido Rafaeli, no sentido de promover especialmente o bem-estar dos seus habitantes, por muitas vezes torna-se impossível assegurar, na sua plenitude, tendo em vista o que já foi mencionado no início do presente requerimento, a atual legislação tributária, aliando-se a tal realidade, a própria situação sócio-econômica por que passa a Nação brasileira. E isto tem refletido de várias maneiras, e as consequências em termos de administrações públicas municipais, são muitas, distantes também por melhor que seja o esforço dos que estão à

frente das prefeituras.

Agora, em Sertãoópolis, os cofres terão que dispor de uma quantia de dinheiro que não possuem, tendo em vista a proximidade do final do ano, e com isto, as obrigações que terão que ser cumpridas com relação ao 13.º salário.

Neste sentido, diante da exposição de motivos, espera-se do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o imediato atendimento da presente reivindicação, liberando recursos capazes de permitir o tranqüilo pagamento à classe funcional da Administração do Município de Sertãoópolis.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO

#### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 365/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Os valores das taxas de serviços do DETRAN do Paraná, fixados pelo artigo 25 da Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983, com as alterações levadas a efeito até 31 de outubro de 1984, ficam majoradas em 50% (cinquenta por cento) a partir de 1.º de janeiro de 1985, não se aplicando qualquer reajuste automático.

Art. 2.º - As posteriores modificações dos valores previstos no artigo anterior, deverão ser procedidas através de lei específica.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(aa) NILSO SGUAREZI  
e ERONDY SILVÉRIO.

Apoio: Sabino Campos, Sérgio Spada, Acir Mezzadri, Tadeu Lúcio Machado e Homero Guído.

#### JUSTIFICATIVA:

Esta Casa acaba de aprovar o Projeto de Lei n.º 254/84, congelando as taxas de serviços do DETRAN até 31 de dezembro do corrente ano.

A partir de 1.º de janeiro do ano próximo vindouro, os reajustes voltariam a ser procedidos automaticamente, vinculados ao MVR, fato que tornará inócua o objetivo do citado plano de lei.

Dado a impossibilidade de serem procedidos estudos para a reformulação das Tabelas antes do recesso da Assembléia Legislativa, cremos que a solução para o momento, é a aprovação deste novo projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 366/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Rio Azul, uma área de terras, medindo aproximadamente 14.172,00 m<sup>2</sup>, situada no lugar denominado Cachoeira ou Faxinal de São Pedro, no Município de Rio Azul, de propriedade do Estado do Paraná, objeto da transcrição n.º 8.313, no Livro 3/H, fls. 53, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rebouças.

Art. 2.º - A presente doação destina-se à implantação de um Centro Turístico no Município.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa atender a solicitação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Rio Azul, Ansenor Valentin Girardi. É intenção daquela municipalidade construir, no referido imóvel, um Centro Turístico para Rio Azul.

Conforme a Informação n.º 081/84 - CPE, da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, o "imóvel encontra-se sem nenhuma destinação", sendo possível, portanto, sua doação. Ainda, de acordo com aquela Informação, "torna-se indispensável a autorização da Assembléia Legislativa".

Assim sendo, é com o objetivo de atender a uma sentida reivindicação da comunidade de Rio Azul e obedecendo ao preceito legal que apresentamos este projeto de lei para o exame dos nobres Pares.

#### PROJETO DE LEI Nº 367/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Ficam revogados os artigos 2.º e 3.º da Lei n.º 7.492, de 15 de julho de 1981.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 7.492, de 15 de julho de 1981, autorizou o Poder Executivo a doar ao Município de União da Vitória o lote de terreno urbano sob o n.º 8 - A, constante da Carta de Data n.º 318 e minuciosamente descrito na referida lei.

O artigo 2.º condicionava a doação do imóvel a uma permuta por outro imóvel, onde deverá ser instalado o Centro Cultural da cidade. O artigo 3.º determinava que tal permuta deveria ocorrer no prazo de 02 (dois) anos, a contar da data da escritura de doação, sob pena do referido imóvel reverter ao Patrimônio do Estado.

A Escritura Pública de Doação com Condição, conforme documento anexo, foi feita a 6 de novembro de 1981.

Por diversas razões, principalmente as notórias dificuldades financeiras resultantes da situação vivida pelo município com as enchentes no ano passado e por consequência, a definição como prioridade maior do Poder Público Municipal a tarefa de reconstruir União da Vitória, foi impossível o cumprimento do que determinava a já citada lei. Vencido o prazo legal, fica a iminência da perda do imóvel.

Por outro lado, o imóvel fica localizado junto à atual sede da Prefeitura Municipal e há o interesse da municipalidade em construir ali o Centro Administrativo Municipal.

Assim sendo, nosso projeto de lei visa manter a doação do imóvel, retirando contudo a condicionalidade. Desta forma, oferece-se a possibilidade do Município de União da Vitória fazer o melhor uso do referido imóvel, contribuindo o Poder Público Estadual

para a difícil tarefa de reconstrução daquela cidade do Sul de nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputados.

Registramos, nesta tarde, as conclusões do V Simpósio Nacional sobre políticas de saúde, realizado na Câmara Federal há dias, e que, coincidentemente nesse mesmo horário, na data de hoje, tem as suas conclusões sendo entregues pela Comissão Organizadora formada pela Presidência da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, pela Presidência do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, pela Associação Brasileira de Saúde Comunitária e Associação Brasileira de Educação na área da Saúde.

Essas entidades promotoras do V Simpósio sobre políticas de saúde entregam hoje, ao ex-Governador Tancredo Neves, as conclusões que, em síntese, retratamos para registro nos Anais desta Casa e para conhecimento dos demais companheiros e da população do Estado.

Primeira conclusão do Simpósio: Pela implantação de um sistema unificado de saúde, federalizado e democrático a partir de um processo de integração de todas as instituições públicas, e especialmente a Previdência Social, com a fusão do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social com o Ministério da Saúde.

Segunda conclusão: Descentralização do poder decisório na gestão de recursos e também descentralização do projeto das ações de saúde para o nível estadual e municipal, integrando os sistemas estaduais e os sistemas municipais de saúde, cuja existência no Paraná, mais uma vez aproveitamos a oportunidade, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para registrar a marginalização que a Previdência Social e em particular o INAMPS vem fazendo ao Estado do Paraná ao negar o convênio entre o INAMPS e Secretaria de Saúde do Governo do Estado, hoje somente para Bahia e Paraná não dispõe do repasse de recursos da Previdência Social para que o setor público estadual tenha parte da retribuição dos serviços de Assistência e Saúde prestado à população indiscriminadamente, previdenciário ou não.

E terceira conclusão do Simpósio, diz respeito à criação de mecanismos que viabilizem a participação das organizações dos usuários nas decisões e no controle do serviço de saúde.

Além dessas três conclusões, foi aprovada também na íntegra o documento sobre políticas e medicamentos, elaborando há dois meses atrás, que reorienta a atual condução da CEME, Central de Medicamentos, para que deixe de ser uma mera repassadora de medicamentos produzidos pelas multinacionais e venha de fato a cumprir com o objetivo da sua criação que seria e serão, eu tenho certeza, no próximo Governo, de apoio financeiro à produção de medicamentos pelos laboratórios oficiais e pelos laboratórios da rede privada nacional.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Essas as conclusões do V Simpósio sobre políticas de saúde, no momento em que os trabalhadores

rurais do Paraná vêm de público denunciar a precariedade do atendimento que a Previdência Social Rural vem lhes dando em todo o Estado.

Conforme a imprensa já vem divulgando, além da ameaça em se aumentar mais 1% a contribuição dos previdenciários para fazer face a mais um rombo na Previdência Social, o INAMPS do Paraná vem retirando gradativamente a liberação do atendimento pelos hospitais e pelas clínicas existentes no Estado em termos de número de leitos, de número de internações autorizadas.

Neste V Simpósio, Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, analisou-se a fundo também a questão econômica e financeira, ou seja, o fato do Brasil hoje ter somente 3% do seu PIB ser dedicado aos gastos com saúde, enquanto que países com a mesma, com dimensões menores e com menor desenvolvimento econômico do que o nosso dedicam hoje de 8 a 15% do PIB. Essa foi uma também das conclusões daquele Simpósio.

Neste sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa intenção nesta tarde era unicamente registrar mais um trabalho desenvolvido pela Comissão de Saúde da Assembléia juntamente com a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados em Brasília, na semana passada. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. (Lê):

"O Diretor Geral da ITAIPU Binacional, General José Costa Cavalcanti, reafirma a cada dia seu descaso, e de seu governo, perante a problemática dos direitos humanos e do meio ambiente. Ontem dizíamos das agressões contra as populações indígenas do Extremo-Oeste e das nefastas alterações no sistema ecológico da região, decorrentes da política desenvolvida pela administração geral da ITAIPU BINACIONAL.

Agora, a Diretoria Geral da ITAIPU volta a figurar nas páginas dos jornais com a demissão do Técnico ARNALDO CAMARGO DE FREITAS. Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade Municipal de Foz do Iguaçu e Vice-Presidente eleito da União Paranaense dos Estudantes, ARNALDO CAMARGO DE FREITAS, converte-se em mais uma vítima do autoritarismo do Governo Federal. Funcionário há já dez anos, seu crime consiste na discordância em relação a derrotada candidatura do Deputado PAULO SALIM MALUF. Que fique registrado, pois, o nosso mais veemente repúdio a esta demissão arbitrária, descabida e discriminatória.

Mas falamos, no início de nosso breve pronunciamento, de como a ITAIPU BINACIONAL, e sua diretoria, destilam seu ódio não só aos direitos humanos, neste caso ao direito de trabalho independentemente de concepções políticas, como também ao meio ambiente e à ecologia. Impõe-se, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a opinião pública do Paraná, que os amantes da natureza em geral, estejam de prontidão e alertas contra a intenção manifesta da EMPRESA BINACIONAL de destruição de mais de 550 mil metros quadrados de área verde, o equivalente a 22 alqueires, situado no coração da cidade de



Foz do Iguaçu.

Este patrimônio verde, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e remanescente das terras originariamente desapropriadas ou compradas a preços vis, diga-se de passagem, para efeito de implantação das vilas residenciais de ITAIPU, em função de sua localização intermediária entre as obras de ITAIPU e o centro da cidade. Trata-se de revestimento vegetal natural, ideal para o desenvolvimento de projetos de interesse para a preservação de áreas verdes e de lazer, bem como de ampliação dos equipamentos urbanos, que o General José Costa Cavalcanti, pretende subdividir em lotes de aproximadamente 30 mil metros quadrados cada.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os recursos naturais e o meio-ambiente são bens da Nação e da Humanidade. É verdade que seria muito esperar que a tecnoburocracia executiva das obras de ITAIPU assumisse, de hora para outra, consciência ecológica. O que não é possível aceitar é o desrespeito flagrante às próprias recomendações do Plano de Desenvolvimento Urbano de Foz do Iguaçu.

Já vai longe demais a cidadela de desmandos consubstanciada na administração de ITAIPU. A esses dirigentes não basta o serviço próprio de segurança, limpeza, ensino. Negam-se contribuir, com pagamento de impostos, como o IPTU aos cofres municipais, numa afronta aos demais contribuintes. Nem isso os satisfaz pois querem mesmo quebrar a consciência política e cultural dos cidadãos iguaçuenses.

Exatamente num instante que se acentua a compreensão sobre a prioridade no sentido do estabelecimento de uma política científica e tecnológica que traduza o interesse social de ocupação ordenada do espaço ambiental, constitui provocação inaceitável a atitude pretendida pela ITAIPU Binacional, diminuída agora à condição e mera corretora de especulação imobiliária.

Padeceu muito a Nação sob o arbítrio. Passa da medida o desrespeito à vida dos cidadãos do Oeste do Paraná. Estão aí os desapropriados. Estão aí as irregularidades praticadas na construção da hidroelétrica. Estão aí os mais de 7 mil trabalhadores a acionar judicialmente a UNICON. Estão aí as evasivas do Governo Federal recusando-se honrar um contrato binacional pelo qual se comprometia com o pagamento de royalties ao Estado do Paraná.

É de indagar-se os contemplados na aquisição destas chácaras loteadas, em área tão nobre de Foz do Iguaçu, já não estariam sendo escolhidas a dedo pela diretoria de ITAIPU? Ou então não seriam os próprios dirigentes de ITAIPU os adquirentes preferenciais dessas áreas?

Contra esta situação nos mobilizaremos com cada vez maior energia e vigor. A comunidade iguaçuense está atenta aos movimentos da administração de ITAIPU. Os tempos são outros e a história dos desapropriados não se repetirá. As oposições trilham o caminho da vitória sobre o regime. Impõe-se apenas que tenhamos a capacidade de inibir novas aventuras deste Governo."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE -- (Trajano Bastos). Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sra. Deputada Amélia Hruschka.

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA -- Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Os índices de casos de violência sexual praticados contra crianças em todo o mundo vem crescendo assustadoramente.

Países como Holanda, Estados Unidos, Japão, Alemanha, Tailândia e Filipinas, chegam a organizar excursões turísticas para aqueles que abusam sexualmente das crianças.

O jornal "Gazeta do Povo" do último dia 3, na página 14, revela que "Crianças são usadas por pornógrafos". Citando declarações de um agente fiscal de Chicago, EUA, sobre revistas especializadas em pornografia infantil, segundo o qual Jaki O'Mali mostra uma das revistas onde um homem adulto é fotografado em atos libidinosos com uma criança de 1 ano e 6 meses de idade.

É estarrecedor que em pleno Século XX, quando o Homem gasta bilhões de dólares em armas e pesquisas nucleares, a Humanidade tenha de suportar a existência desse tipo sórdido de selvageria e barbarismo.

E para que a denúncia não fique restrita a países mundialmente conhecidos por essa prática, quero denunciar, a partir desta tribuna, que no Brasil, mais precisamente no Paraná, também se verifica com frequência abusos sexuais de crianças: visitando recentemente a "Escola Correcional Queiroz Filho", nesta Capital, tive o conhecimento através de denúncias de crianças paranaenses que sofreram todos os tipos de violências sexuais em algumas delegacias do interior do Paraná, antes de serem recambiadas para a Escola Correcional Queiroz Filho.

Vi, com os meus próprios olhos, crianças que ainda traziam no corpo as marcas da violência que sofreram. Na enfermaria daquele estabelecimento, naquela oportunidade, constatei a existência de dez crianças brutalizadas, e todas elas sendo portadoras de doenças venéreas graves, contraídas durante a convivência ilegal com presos adultos.

Além desses fatos revoltantes e inaceitáveis, recebi denúncias de que, em algumas delegacias do interior do Paraná, alguns carcereiros recebem dinheiro dos presos para colocar crianças nas celas de adultos para serem violentadas.

Diante desses acontecimentos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero apelar ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Segurança Pública Luiz Felipe Haj Mussi, para que realize esforços no sentido de apurar essas denúncias, ouvindo as vítimas e punindo os responsáveis, para que no Paraná não se repitam fatos degradantes dessa natureza".

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE -- (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI -- Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Desejo transmitir, neste momento, as manifestações de júbilo e congratulações desta Casa pela passagem, neste 4 de dezembro, do Dia Nacional da Propaganda.

Faço-o com multiplicada satisfação, pois tenho a honra de ser um parlamentar do ramo; como profissional vivi bem ligado à propaganda; como empresário de comunicação sei do valor que ela representa; como consumidor reconheço o firme



propósito de quem faz propaganda em servir acima de tudo de orientar. Como profissional de agência de propaganda tenho o orgulho de haver sido por duas gestões consecutivas — entre 1959 e 1963 — presidente da Associação Paranaense de Propaganda e graças ao trabalho que pude desenvolver, cheguei a vice-presidente da entidade nacional que congrega os profissionais e as empresas de propaganda. Posso dizer, pois, que a propaganda é inerente à minha vida profissional e dela trago grandes experiências para a vida parlamentar.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não poderia deixar de manifestar-me nesta data. Mas, não apenas pelo que a propaganda representa para mim, pessoal e individualmente. Tenho a obrigação de manifestar-me sobretudo pelo que a propaganda representa para a sociedade brasileira.

Qualquer atividade, qualquer profissão só é grande, representativa e conceituada na proporção do valor de quem nela está integrado como profissional. A influência positiva que qualquer ramo das atividades humanas exerce na sociedade contemporânea é o reflexo do trabalho de seus profissionais.

A propaganda exerce na vida moderna uma influência tão grande que é bem possível que ainda não tenhamos nos apercebido da exata dimensão dessa influência. Mas os profissionais da propaganda conhecem tal dimensão, por isso vêm desenvolvendo ao longo dos anos um trabalho sério e extremamente consciencioso.

A propaganda tem uma importância de grande valor, e sua influência transcende os limites específicos de seu campo. Portanto, se a sua contribuição tem sido notável e positiva, certamente é porque aqueles que fazem a propaganda estão plenamente conscientes do poder que têm às mãos. Em todos os planos sociais a propaganda está presente prestando informação e orientação, alcançando direta ou subliminarmente o intelecto e a vontade das pessoas sejam estas de que idade forem, com padrão social dos mais variados. A propaganda não discrimina.

Finalizo reiterando as congratulações da Assembléia Legislativa do Paraná com a Propaganda e com todos seus inteligentes profissionais, reafirmando a confiança de todos os brasileiros de que esta poderosa arma de conscientização de massa continuará sendo usada apenas para o bem”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Acir Mezzadri.

O SR. ACIR MEZZADRI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Em outubro desse ano encaminhamos a esta Casa o Projeto de Lei n.º 281/84, instituindo a data de 27 de outubro como “Dia do Aposentado no Paraná”. Recentemente requeremos, e foi aprovado, o respectivo regime de urgência.

Enquanto aguardamos que este projeto passe à condição de lei, fazemos hoje uso da palavra para prestar a nossa homenagem ao aposentado paranaense e para emitir o nosso protesto

**HOMENAGEM:** A razão da nossa homenagem consta da própria justificativa para o encaminhamento do projeto lei, ou seja: render tributo ao cidadão paranaense, que dedicou uma vida de trabalho em prol do desenvolvimento da nossa terra.

A nossa homenagem e o nosso reconhecimento por meio do “Dia do Aposentado no Paraná”, prestamos — e apenas fazemos o que é justo — aos aposentados que de fato usaram a sua força de trabalho para o benefício da coletividade humana. É certo que os aposentados, especialmente os mais humildes, não constam da história escrita ao gosto dos poderosos do nosso tempo, mas de fato, foram eles os construtores do Paraná e do Brasil.

**PROTESTO:** É conhecida e dramática a situação dos aposentados do nosso País. Cerca de 90% deles recebem menos de 3 salários mínimos. E sabemos que aquilo que recebem não atende a exigência da própria Constituição Federal, pois deveria representar a remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, capaz de satisfazer, em determinada época, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

Os aposentados vêm acumulando perdas sucessivas ao longo dos anos, o primeiro prejuízo ocorre por ocasião do cálculo do valor da aposentadoria. Para constatá-lo basta verificar a enorme disparidade entre o último salário de contribuição e o primeiro valor recebido pelos aposentados.

O segundo prejuízo se repete a cada 6 meses, exatamente na época dos reajustes, pois no início de 1983 foram eliminados os 10% adicionais sobre o INPC para os reajustes dos menores salários.

Concluo o meu pronunciamento afirmando que é inadmissível que os benefícios do desenvolvimento econômico não sejam distribuídos também aos aposentados. Não podemos falar em democracia enquanto a sociedade não aprender a tratar justamente aqueles aqueles que contribuíram ao País”.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em que pesem as especulações existentes em termo da já propalada recepção ao Presidente da República, João Figueiredo, que haverá de ser presidida e concedida pelo Governador do Estado do Paraná, José Richa, nós temos absoluta convicção e é em razão disso que a externamos de que este ato não se revestirá de nenhuma outra significação a não ser uma mera formalidade administrativa. É por essa razão que enquanto nós, neste período de transição democrática, temos assistido freqüentemente a Prefeitos do PDS recepcionando o Governador do Estado, do PMDB, temos absoluta certeza de que na mesma proporção será este, unicamente, o sentido do gesto do Governador José Richa quando estará recepcionando o Presidente João Figueiredo, mesmo porque, jamais haveria qualquer sentido em se emprestar qualquer conotação política a quem está representando o fecho de vinte anos de militarismo neste País. É sob esse contexto, portanto, que interpretamos, razão pela qual não vemos, sequer motivos para maiores desdobramentos, porque politicamente jamais o PMDB poderá enveredar por qualquer pacto contra qualquer símbolo do que tenha ocorrido, e tenha sido neste País, a identificação com o autoritarismo, com as maiorias oprimidas, com o entreguismo, com a desnacionalização de nossa

economia. Nós não poderíamos também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar de externar a nossa satisfação pela forma profundamente humanista, segundo a qual a Secretaria de Estado da Educação vem prodigalizando ao professor do Paraná, sem qualquer sombra de dúvida, condições incomparáveis, com relação a tudo o que foi o tratamento dispensado ao professor paranaense nos últimos tempos. É por esta razão que, enquanto enaltecemos pelas conquistas alcançadas pelo pessoal do magistério, nós, desta tribuna, aproveitamos o ensejo para levar até à Secretaria de Estado da Educação, reivindicação recentemente apresentada pelos pedagogos do Estado do Paraná. Se em janeiro ou fevereiro, vindouros, teremos um concurso para admissão de pessoal técnico administrativo e auxiliar nas escolas do Paraná, está previsto para julho um concurso, com aproximadamente 10 mil vagas, para admissão de pessoal no quadro próprio do magistério.

E nós entendemos que é perfeitamente justa a reivindicação dos professores formados em pedagogia, que estão pleiteando o direito de se inscreverem juntamente com os formados pelo magistério a nível de 2.º grau, para que também possam prestar o referido concurso.

Srs. Deputados, além dos motivos de ordem legal, os professores formados em pedagogia estão levantando a bandeira, de que quem forma o professor de 1.ª à 4.ª série, também pode ser professor de 1.ª à 4.ª Série. Os pedagogos sempre cumpriram carga horária em termos de treinamento prático, para atuação nas escolas de 1.º grau. É por isto que além da excelente qualidade de ensino que seria propiciado à área oficial pela inclusão dos pedagogos, do Quadro Próprio do Magistério, nós entendemos que é preciso que chegue a hora e a vez do pedagogo do Paraná. Os professores de pedagogia ainda estão à espera do seu espaço. No passado, os pedagogos foram histórica e sistematicamente rejeitados a nível de todos os concursos públicos realizados no Paraná. Ano após ano, após obterem o diploma, jamais alcançaram qualquer espaço.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

O SR. TADEU FRANÇA — Peço que seja considerado o inteiro teor deste requerimento, para efeito de registro. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa atende a Vossa Excelência.

Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Este é o País da impunidade. (Lê):

“Este é o País da impunidade. Tão longe foi a consagração desta trágica certeza que nos habituamos a conviver com os escândalos de corrupção que, normalmente, não correspondem à devida reparação dos interesses sociais e do Estado. Denúncias graves que afloram sempre que se conquista um espaço mínimo de liberdade acabam relegados às gavetas, à morosidade burocrática, à vista grossa dos responsáveis.

Agora mesmo, o País se vê perplexo diante de uma série de casos que agridem a consciência cívica. Descobre, em detalhes, a corrupção e a violência como ingredientes permanentes da vida nacional. As revelações que envolveram o Governo e empresas privadas em casos como as Polonetas, Capemi, Delfin e Coroa Brastel, seriam suficientes para abalar qualquer Governo fundado em princípios mínimos de democracia e moralidade. Todos eles têm em comum a complacência, quando não, a cumplicidade de funcionários dos altos escalões governamentais com operações montadas por empresas particulares. E quem paga o prejuízo é o Tesouro Nacional.

São apenas exemplos de um processo contínuo. Sabemos, hoje, que a intensa repressão sobre a sociedade civil, nas últimas duas décadas, serviu não apenas para materializar um modelo econômico e social extremamente injusto por privilegiar apenas o grande capital, como serviu, também, para cobrir com um manto de impunidade o arbítrio e a corrupção.

Talvez, os que se conformaram com este processo já não acreditem em sua superação. Por isso mesmo, também não crêem na possibilidade que temos de combater este Câncer que corrói não apenas o dinheiro público, mas a base moral de que necessita uma Nação para se construir forte e independente. São aqueles que costumam afirmar que tudo sempre foi assim e, portanto, em seus cálculos, nada é possível mudar.

Mas temos a esperança de que, enfim, estamos encerrando estas duas décadas infames, este período em que os costumes públicos deram exemplos que fariam corar o mais corrupto dos cidadãos que viveu os impérios em decadência. A virada eleitoral e política que o País experimenta é sintoma, também, dessa aspiração popular de ver instaurada uma nova ordem de democracia e austeridade.

Foi essa inspiração que levou o PMDB a propor uma Comissão Parlamentar de Inquérito, nesta Assembléia Legislativa, para apurar casos de corrupção e irregularidades administrativas. E logo surgiram os céticos, os detratores, os que escondiam algum temor sob o cinismo da descrença na eficácia deste instrumento.

Tinham certas razões. Que poderia fazer um Legislativo ainda marcado pelas restrições do autoritarismo? Uma Assembléia que traçara, nos anos anteriores, a imagem da docilidade da maioria submissa?

Não levaram em consideração dois aspectos. O primeiro, de que a maioria, agora, surgiu do PMDB, da vitória oposicionista, conquistada como expressão da vontade popular por mudanças. Maioria compromissada com os desejos do povo, entre eles, o de restaurar princípios essenciais de moralidade. Durante a campanha eleitoral, o PMDB disse que, vitorioso, constituiria esta CPI e a levaria até o fim como tarefa prioritária no Legislativo Estadual.

O segundo aspecto, também intimamente vinculado com o programa do PMDB, de que levaríamos à prática nossa disposição de ver, tanto quanto possível, restaurada a autonomia e interdependência dos Poderes. Acima dos interesses que pudessem florescer como razões políticas circunstanciais, levaríamos à frente aquilo que tínhamos firmado como compromisso fundamental. Certos de que não há poder bem exercido, segundo os interesses sociais e políticos mais elevados, quando não há o exercício fiscalizatório que imprima limites e impregne de austeridade a atividade governamentais.

Foi o que fizemos. Reunimos todos os indícios que se nos apresentaram e formulamos o pedido de instalação

da CPI que a imprensa e o público rapidamente denominou "da Corrupção". Em dezenove meses de trabalho, quarenta e cinco reuniões, árdua tarefa de investigações, chegamos aos resultados que apresentamos no relatório final aprovado na última reunião. Superando todas as expectativas, bem mais que o suficiente para justificar esta CPI e todas as outras que esta Casa venha a propor.

Enviamos ao Poder Judiciário dezessete relatórios individuais sobre as investigações, por intermédio da Procuradoria Geral da Justiça, Geral do Estado e Geral da República, onde os resultados assim aconselharam, sugestões ao Governo para a adoção de medidas e procedimentos que possam corrigir distorções e evitar a oportunidade de um processo deformador.

Era nossa tarefa. Não é papel da CPI a qualificação e penalização jurídica. Estas são tarefa do Judiciário. No foro competente os implicados poderão fazer uso de seu direito constitucional de ampla defesa. Intelizmente, esta compreensão ainda não é comum. Muitos perguntam por que a CPI ainda não levou os responsáveis por atos delituosos a punições? Ou sentem-se frustrados com os resultados finais deste processo que ainda não surgiram e que devem ser o ressarcimento dos cofres públicos. A Justiça, confiamos, completará esta tarefa. Ela deverá julgar todos os casos apurados, do desvio de materiais, os casos de corrupção eleitoral, a malversação de dinheiro público e a utilização irregular e dolosa da estrutura do Estado em benefício pessoal ou de grupos.

Terminamos um trabalho que nem sempre foi bem compreendido. Especialmente pela bancada oposicionista que, logo de início, renunciou à tarefa e à prerrogativa de fiscal das atividades administrativas que o Poder Legislativo deve exercer, optando pela tentativa de esvaziamento da CPI. Uma atitude que não chegou a surpreender. Nas legislaturas anteriores, o Partido majoritário, hoje na oposição, jamais permitiu que chegasse o bom termo qualquer CPI proposta pelo MDB, depois PMDB. Sempre deixou claro que não tinha a menor interesse em trazer à tona as denúncias sobre os Governos que apoiava.

Nós, do PMDB, não fugimos ao trabalho. Porque jamais nos interessou esquecer qualquer fato que dissesse respeito ao interesse público. Seguindo este preceito, investigamos não apenas as denúncias relacionadas com os Governos anteriores. Incluímos em nossa pauta de trabalho fatos que ocorreram depois que o PMDB chegou ao poder. Todos, é bom assinalar, foram devidamente solucionados.

Sabemos que nem tudo veio à luz. E que há muito ainda por fazer. Muitas investigações esbarraram na teia burocrática que, por vezes, se ergue para resguardar o que não devia. Em outras oportunidades, é o espírito corporativo que tece o casulo de proteção. E sempre há formas que precisam ser escoimadas de legalizar atos irregulares na contabilidade pública. Neste sentido, podemos afirmar que a própria idéia corrente sobre a impunidade ajudou o trabalho de investigação desta CPI. Só quem acreditava que jamais o poder passaria pelo processo de alternância e que jamais afloraria o trabalho de apuração, poderia cometer erros tão grosseiros na tentativa de dissimular suas responsabilidades.

A dimensão de alguns casos levou a CPI a propor que se instalem, a partir do próximo ano, Comissões específicas para a investigação. Creio que esta Casa e, especialmente, a maioria democrática do PMDB não negará oportunidade para que se cumpram estas

necessidades. Ainda mais quando já estaremos sob condições político-institucionais no País que podem ampliar o espaço para estas iniciativas. Mais que no futuro governo que possa vir, e certamente será um que interrompa o ciclo de governos militares, acredito na disposição social de luta por uma nova ordem onde a justiça e a legalidade legitimada se imponham.

Tenho a esperança de que se repita, no plano nacional, e nas vantajosas condições de democracia plena, o processo do qual participamos no Paraná. Este País da impunidade, Senhores, preciso, com urgência, de uma grande CPI da Corrupção. Precisa de um processo político que os detratores e temerosos de seus efeitos costumam ressaltar como viciada em estreito moralismo, pois, é exatamente da reconstrução da base moral que também poderá resultar uma ação pública confiável, eficiente, capaz de tomar as medidas e resoluções, em todas as aspectos, de que necessita o Brasil para ser reconduzido a trilha do progresso, de onde foi desviado por um regime autoritário e deformador.

Queremos, somos sinceros, ver o mesmo espetáculo democrático que já trouxe a esta Casa, onde o PMDB tem maioria, dois secretários de Estado para clarear suas posições sobre denúncias de irregularidades, e que lhes custou o cargo, no plano nacional. Muito teriam os quadros do PDS a nos dizer. Sugiro, por exemplo, que à luz das denúncias públicas, os Senhores Delfim Neto e Ernane Galveas, se defendam de acusações que há décadas pesam sobre a equipe que dirige a economia do País.

Mais uma vez, queremos afirmar, não se trata de revanchismo. Trata-se de princípios. Trata-se de fazer valer o preceito democrático que colocou o povo acima de todas as injunções e interesses. E é de seu maior interesse ver interrompido um processo que desabona, hoje, os governantes e a Nação.

Desta mácula o Governo José Richa se vê infenso. Fiel ao que pregou, preferiu a transparência. Este é um Governo e um partido que não temem Comissões Parlamentares de Inquérito. Porque são governo e partido que não estão dispostos a abrigar a corrupção. Venha de onde vier. Seja de quem for a responsabilidade, hoje o Paraná tem a certeza de que a impunidade não será regra como foi no passado.

Encerramos, entre os paranaenses, o período que criou máximas da desfaçatez. Como a do entendimento de que o dinheiro público é de quem o administra. Não, senhores, o dinheiro público é recurso que é fruto do trabalho e destinado ao bem comum. Pode parecer uma regra elementar, mas como era lembrada mais para uso retórico que na prática, nunca é demais repeti-la como afirmação de uma praxe de Governo que assenta na austeridade.

É um método comum entre os ímpios da política, atribuir suas deformações ao adversário, quando não têm como se defender das evidências. Costumam pregar que todos os Governos são iguais. Que todo o poder corrompe. Pois, desta vez, se depararam com um Governo que contraria suas opiniões. A cada denúncia ou indício de corrupção, o Governo do PMDB reagiu com a busca imediata da verdade. É o que nos torna sólidos. É o que nos dignifica.

Por isso tivemos moral para instaurar esta CPI e levá-la adiante, pois, só pode assumir esta atitude desabrida quem não teme a verdade. Quem não se desgraa na claridade. Quem não precisa se esconder sob o obscurantismo. Quem não precisa da violência e da

força para impor regime que resguarde a impunidade dos que cometem crimes contra o interesse público. O PMDB, Senhores, pode ir até o fim em qualquer investigação.

Não tivéssemos apurado nada do tanto que apuramos, não tivéssemos chegado a qualquer evidência das muitas a que chegamos e, tenho certeza, já teríamos cumprido um grande papel. O de revelar a certeza de que, ora em diante, faleceu o pressuposto da impunidade. Sabe o povo, e isso é o mais importante, que temos uma legislatura disposta a realizar uma CPI para apurar irregularidades do Executivo. Que temos uma Assembléia Legislativa atenta a sua tarefa de fiscalização.

Isto, Senhores, dignifica os políticos e o exercício da política, que deixa de ser a atividade da convivência, da submissão, da cumplicidade, para recuperar a importância de suas funções originais num regime democrático. Não somos Deputados de causas pequenas, não podemos nos reduzir a áulicos nem compactuar, em qualquer momento, com a degradação de procedimentos públicos. Somos Deputados que emergem da representação dos interesses populares no momento em que o Estado e a Nação reclamam mudanças, transformações e, principalmente, a recuperação de sua dignidade ferida pelo arbítrio e pelos desmandos.

Disso, nós do PMDB temos orgulho. Encerrada esta tarefa da CPI da Corrupção que deve se desdobrar ainda em iniciativas similares, podemos afirmar que demos boa contribuição para que esta Assembléia Legislativa recuperasse, na prática, seus predicamentos. Fiscalizando as atividades dos demais Poderes, para que estes também se voltem para os reais interesses da sociedade paranaense.

Não é o Legislativo que todos desejam. Muitos ainda preferem, sem perceber a marcha da história, a subserviência, o comodismo vantajoso da convivência. São hábitos gestados no extenso período que rejeitamos.

O Legislativo forte, centro da ativação política, autônomo, independente, lugar e oportunidade da representação dos interesses sociais, é desejo e aspiração do povo. Nós do PMDB, procuramos caminhar nesse sentido, certos de que os interesses populares e democráticos devem ser os nossos. A CPI da Corrupção, neste momento de virada em nossa história política, é nossa contribuição para que isso se realize, na prática.

Acreditamos que foi uma bela tarefa. Bem cumprida dentro de nossas limitações. E que nos remete a outras, que a luta democrática contra a corrupção já nos anuncia.

O PMDB, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estará a postos. Não fugirá ao trabalho. Vai honrar os mandatos populares que recebeu da confiança da maioria do povo paranaense, como é de seu caráter.

Muito obrigado.

O Sr. José Antônio Fonseca - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. RUBENS BUENO - Pela ordem, concedo, com muito prazer, o aparte ao Senhor Deputado José Antônio Fonseca.

O Sr. José Antônio Fonseca - Nobre Deputado.

Rubens Bueno, antes de mais nada, aproveitamos a oportunidade desse aparte para cumprimentá-lo, não só pelo seu pronunciamento desta tarde, mas principalmente nós que o acompanhamos durante todos esses meses e sabemos perfeitamente do árduo trabalho que teve Vossa Excelência como Presidente desta CPI.

Não foi fácil. E quero também, aproveitar a oportunidade para, e nunca é demais, reafirmar aquilo que dissemos, há poucos dias, quando ocupamos esta mesma tribuna, e falamos a respeito do que nós pensamos sobre CPI. Oxalá, nesse horizonte que se abre, nessa perspectiva que se abre no nosso País, porque o que nós temos assistido nestes últimos anos e sabemos muito bem que a corrupção nesse País, hoje, é uma instituição, principalmente não só no Brasil, mas em todos os países e principalmente da nossa mal amada América Latina, onde as ditaduras militares instaladas e aqui também em nosso País, em que a corrupção é uma instituição.

Mas a abertura a essa perspectiva a que eu me refiro, oxalá e nós não temos ilusão de que a frente liberal vai acabar com a corrupção neste País. Mas a nossa luta, essa luta que nós travamos no Paraná e que também eu tenho certeza vai ser travada também a partir do ano que vem. Eu ainda disse recentemente que esperamos que um dia, nesse País que se acabe com as CPIs. Por que a CPI busca o que? Exatamente apurar esses fatos. A CPI não tem intenção e foi instituída exatamente porque existe a corrupção. Mas, oxalá, algum dia nesse País, nesta República nova, nesta restauração do Estado de direito que é o anseio de toda a sociedade organizada brasileira, a corrupção não seja mais uma marca registrada dos governantes. Que os administradores desse País se voltem para os interesses da maioria da população e não usem o dinheiro público, não usem a administração pública para atender aos interesses pessoais e aos interesses dos partidos políticos que compõem ou estão no Poder, mas que os administradores desta nova república que se vislumbra, administrem de acordo e com o respaldo dos interesses da maioria da população.

É isto o que nós esperamos, nobre Deputado Rubens Bueno, e esperamos que em breve tempo não tenhamos mais, nesta Assembléia, que formar seja qual CPI, que se acabem com elas, que as CPIs embora sejam instrumento das minorias, mas que principalmente com uma Constituinte livre e soberana que todos nós aspiramos em 86 e que vamos continuar lutando, que na Constituinte de 86 se restaurem as prerrogativas do Parlamento brasileiro e que nós não necessitemos mais das CPIS, das famosas CPIS que não doem nada, dos trabalhos que se fazem nas CPIS e que não se apuram nada, de todo esse trabalho que se faz, porque acima de tudo e eu não vi até hoje alguém nesse País ser preso por ser corrupto.

Eu vi os bagrinhos, meu nobre Deputado. Mas os grandes responsáveis pelos grandes desfalques nesse País estão soltos, estão governando e ainda vão governar este País por muito tempo.

Muito obrigado, pelo aparte.

O SR. RUBENS BUENO - Eu agradeço o aparte.

de Vossa Excelência com relação à extinção deste instrumento que a Comissão Parlamentar faz parte do Poder Legislativo a Nação anseia ardentemente para que isto realmente volte a ficar nas gavetas do Poder Legislativo e não ter que ser usado constantemente em virtude dos escândalos aflorados pela administração pública.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados - a dimensão de alguns casos levou a CPI a propôr que se instalem a partir do próximo ano Comissões específicas para investigação. Creio que esta Casa e especialmente a maioria democrática do PMDB não negará oportunidade para que se cumpram essas necessidades, ainda mais quando já estaremos sob outras condições político-institucionais, neste País que pode ampliar o espaço para essas iniciativas, mas que no futuro governo que possa vir e certamente será um que interromperá o ciclo dos governos militares, acredito na disposição social de luta por uma nova ordem onde a justiça e a legalidade legitimada venha a se impôr.

Tenho a esperança de que se repita no plano nacional e nas vantajosas condições de democracia plena o processo do qual participamos no Paraná. Este País da impunidade precisa, com urgência, de uma grande CPI da Corrupção. Precisa de um processo político.

**O Sr. Tadeu França** - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Rubens Bueno, quando Vossa Excelência apresentava nesta Casa a CPI da Corrupção e na oportunidade, um pouco antes, tivemos a satisfação de apresentar a CPI dos Municípios, sentimos um clima de descrédito, até mesmo quanto à funcionalidade e a fixação de uma conclusão das CPIs. Fomos verificar o por quê. E nos Anais desta Casa constatamos que, nos últimos dez anos, as CPIs que foram propostas no máximo chegaram a ser instaladas. Limitaram-se, no máximo, a alguns depoimentos esparsos. E nem mesmo apresentaram ao Estado sequer uma conclusão do que foram os trabalhos por ela realizados.

Nós que durante seis meses acompanhamos o dia-a-dia, os encargos, os depoimentos, objetivando apresentar uma alternativa para a grave crise dos municípios, sentimos na pele quão difícil se faz um trabalho sério e que realmente se propõe a dar uma contribuição substancial pela solução de uma causa.

Ao deparar, neste instante, após um ano e meio de trabalhos, a apresentação do relatório e da conclusão da CPI da Corrupção, tão bem presidida por Vossa Excelência, temos absoluta certeza de que nesta Casa, as CPIs, nesta Legislatura, começaram a ter a função importante e de relevância pela qual devem se caracterizar.

Deputado Rubens Bueno, gostaríamos imensamente de cumprimentá-lo e a todos os Parlamentares que atuaram, dedicando o máximo de esforço para que este trabalho viesse a converter-se na realidade pela qual agora se caracteriza.

Deputado Rubens Bueno, gostaríamos imensamente de cumprimentá-lo e a todos os Parlamentares que atuaram, dedicando o máximo de esforço para que este trabalho viesse a converter-se na realidade pela qual agora se caracteriza.

Nós o cumprimentamos ainda pela feliz tese de uma proposição futura a nível de uma CPI da Corrupção, em termos federais. Mais do que nunca, quando sabemos que os tribunais militares do País foram fortes para expulsar sacerdotes indefesos, mas que sempre silenciaram ante todos os torturadores de inocentes deste País, que sempre se omitiram perante o quadro de desaparecidos nos últimos vinte anos e jamais fizeram qualquer menção em termos de condenar o esquadrão da morte que vitimou tanta gente inocente neste País quando nós vemos a impunidade nos escândalos ainda há pouco lembrados por Vossa Excelência.

O atentado do Rio Centro, todas aquelas páginas que vieram a enegrecer e a concluir pelo desmoronamento daquilo que foi o maior partido político do Ocidente, caindo de uma forma semelhante como de podre caiu o império Romano do Ocidente dos séculos remotos.

Temos a absoluta certeza de que não pelo espírito de revanchismo como bem define Vossa Excelência, mas por uma questão de justiça é preciso que os homens que de costas para a nossa gente, construíram o paraíso das elites em detrimento das nossas maiorias venham a responder para a nossa gente pelos seus atos.

Parabéns, portanto, Deputado Rubens Bueno e a certeza de que o seu trabalho além de enobrecer esta Casa, é para nós do PMDB um orgulho e o símbolo de que o Brasil não pode simplesmente sepultar, no passado, as vozes asfixiadas dos banidos cassados, torturados porque aqueles que tiveram famílias ou amigos torturados ou assassinados, eles precisam ter em sua mente o resgate das injustiças que se transformaram em rótulo durante tantos anos em nosso País.

Parabéns, e que esta CPI seja um símbolo de um trabalho sério que deve ser a rota a ser cumprida por todo o Poder Legislativo que se preza.

Muito obrigado.

**O Sr. Márcio Almeida** - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço, nobre Deputado Rubens Bueno, e a nossa intervenção se deve, basicamente, à nossa vontade de, publicamente, mais uma vez, parabenizar não só Vossa Excelência, mas a todos os demais integrantes da CPI, que levaram adiante, nesses dezenove meses, o seu trabalho, e que hoje conclui, formalmente, os seus relatórios. Apesar da tentativa de esvaziamento que a Liderança do PDS, nesta Casa tentou fazer, como muito bem disse Vossa Excelência, a firmeza e os princípios que nortearam a assinatura pela Bancada integral do PMDB nesta Casa, no requerimento inicial, foi suficiente para que levássemos adiante este trabalho.

Está de parabéns Vossa Excelência, e todos os demais integrantes, como está de parabéns a Casa, a Assembléia Legislativa do Paraná, mesmo que se tenha tido a infelicidade de contarmos na Procuradoria Geral da República, de uma figura, o Senhor Inocêncio Martiric, o mesmo, aliás, que deu um parecer pela não legalidade do votos dos dissidentes do PDS, que o Supremo Tribunal Eleitoral já derrubou, e que foi o autor dos arquivamentos de alguns dos processos, de alguns dos relatos que

a CPI produziu.

Parabéns e foi uma satisfação trabalhar com Vossa Excelência e os demais companheiros nestes dezenove meses.

O SR. RUBENS BUENO - Aliás, o PMDB Deputado Márcio Almeida, a Bancada do PMDB está orgulhosa.  
Concedo o aparte ao Deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada - Rapidamente, Deputado Rubens, e acho que a CPI cumpriu o seu papel, e esta Casa foi quem mais ganhou com o trabalho realizado pela CPI. Cabe agora, à justiça e até nas palavras do experiente e já conhecido nacionalmente jornalista José Carlos de Assis, a CPI . . .

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna, que seu tempo está esgotado e concede-lhe um minuto para concluir.

O Sr. Sérgio Spada - A CPI tem por obrigação levantar indícios de corrupção; se aprofundar é papel, é trabalho da polícia, de julgar, de punir, é papel da justiça. Mas, a CPI nesta Casa foi mais longe: provou que muitos atos de corrupção praticados nos idos de 82 se tornaram público, coisa que não sairia jamais das gavetas dos tecnocratas, como é o caso do BADEP que estava acobertado sobre a cortina de fumaça da lei do sigilo bancário. Não fosse a CPI o Estado do Paraná não saberia que o tesouro do Estado, o BADEP está sendo lezado por uma firma que nem do Paraná é, em 28 bilhões de cruzeiros, que o Paraná pagou uma parte, e continuará pagando. É mérito dessa CPI. Portanto, meus parabéns, Deputado Rubens, que soube muito bem conduzir essa CPI e acho que toda a equipe que trabalha nesse episódio, cumpriu seu papel.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS (Pela Ordem) -  
- Peço permissão, pela ordem, a Vossa Excelência para solicitar a concessão de mais três minutos ao orador que se encontra na tribuna no Horário da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa concede. Está com a palavra, por mais três minutos, o Senhor Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Ao encerrar esse pronunciamento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, devo declarar a esta Casa, da satisfação de poder trabalhar com ilustres e brilhantes Parlamentares desta CPI, principalmente àqueles que foram distribuídas tarefas, e que no desempenho delas fizeram e deram o melhor de si no cumprimento, principalmente daqueles que tiveram que relatar caso a caso dos casos que chegaram a esta CPI.  
Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - A Mesa consulta à Liderança do PMDB se usará o restante do horário que lhe é concedido.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - O Deputado Ervin Bonkoski ocupará a tribuna, Senhor Presidente, por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, o Senhor Deputado Ervin Bonkoski, por dez minutos.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).  
- Agradeço e lamento interrompê-lo, entretanto, eu quero discordar de Vossa Excelência porque moratória no meu dicionário é calote, e uma Nação não pode, jamais, deixar de pagar o que deve. Acho que todo ato unilateral do comércio internacional. . .

O SR. ERVIN BONKOSKI - (Lê):  
"O ex-Governador de Minas Gerais, hoje candidato e virtual Presidente da República, Doutor Tancredo Neves, representa para esta Nação uma grande esperança, não somente pela capacidade e experiência que lhe são inegáveis, como principalmente pelos compromissos que tem assumido com a coletividade brasileira.

Agora, às vésperas de sua visita ao nosso Estado, é oportuno lembrarmos um compromisso em especial.

Ainda quando seu nome era apenas uma cogitação, antes mesmo da adesão dos dissidentes do PDS ele já se manifestava a favor de uma moratória junto aos credores internacionais.

Entendemos nós que não adianta planificar medidas econômicas e sangria que representa o serviço da dívida externa não for estacada.

É indiscutível que o País precisa tomar um fôlego financeiro; é imperioso que se adote a moratória bilateral e com prazo mínimo de três anos; melhor ainda se fosse conseguido um prazo de cinco anos, o ideal para recuperar a saúde da economia nacional.

Os bilhões de dólares que deixariam de ser carriados para os bancos e instituições credores seriam injetados na economia interna, estimulando os empresários, sustando a recessão e conseqüentemente minorando ou até mesmo superando a crise social que atravessamos.

Quero esclarecer ao nobre Deputado, por gentileza, se eu soubesse que o seu aparte seria neste sentido, pediria que o fizesse mais adiante. Porque estou falando e vou falar sobre esta moratória em sentido bilateral.

O Sr. Erondy Silvério - Obrigado, Senhor Deputado.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Podemos afirmar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que sem moratória tudo o mais não passa de balela. É claro que outras medidas como a Assembléia Constituinte ou mesmo a reforma tributária representam soluções políticas. Mas, a grande solução que recolocará o País no caminho do desenvolvimento e do bem-estar somente virá pelo reaquecimento da economia, com aumento da produção e reativação da oferta de empregos. Essa solução que trará reflexos positivos a curto prazo é, sem dúvida, a moratória da nossa



divida externa, hoje a grande preocupação e a causa da angústia nacional.

Sem esta medida continuará a sangria, o País continuará trabalhando apenas para pagar os juros sem a menor perspectiva de amortização da dívida propriamente dita, que se acumula e se agiganta a cada dia.

A moratória, ainda que num prazo de três anos, possibilitará o aumento da produção que traz em seu caudal uma série de reflexos positivos, inclusive na própria luta que se trava contra a inflação. O crescimento da economia viria permitir a triplicação das nossas exportações com a abertura de novas frentes de comércio exterior. Quando voltasse o País a pagar seus compromissos internacionais, estaria em condições não somente de pagar os juros, mas também iniciar a amortização do principal.

O Brasil precisa pedir tempo, tomar fôlego. Não adianta transferirmos o problema de hoje para amanhã, de mês para mês, de ano para ano. Não precisa ser mago das finanças e da economia para saber que consumindo nossas reservas em pagamento de juros - e inclusive fazendo novos empréstimos para pagar o serviço da dívida - poderemos resolver o problema. Não é negociando com o Fundo Monetário Internacional, é sucumbindo às suas fórmulas e imposições danosas para o País que sairemos do buraco.

É claro que o Doutor Tancredo Neves sabe disso.

Assim como nós sabemos que ele já assumiu compromisso de examinar a questão; sabemos também, que ele já se manifestou favorável à moratória.

Mas, o que temos visto, e vale lembrar, é que este compromisso ultimamente anda meio esquecido pelo candidato da Aliança Democrática. O que temos visto ultimamente são apenas reticências.

Toda a Nação anseia por uma solução para essa verdadeira angústia nacional. A Nação toda quer ver o futuro Presidente da República empenhado em buscar essa solução, reafirmando publicamente o compromisso de definir a adoção da moratória como caminho capaz de se chegar a soluções efetivas para nossos problemas.

A moratória é, antes de tudo, uma decisão política que somente será adotada por um Governante forte e de personalidade política acentuada. É isto que o País espera do candidato Tancredo Neves neste momento de assumir e reafirmar compromissos com a Nação. É imperioso que assim que assumir o governo, o novo Presidente decida imediatamente a negociação da moratória com os credores brasileiros, porque, do contrário, vamos continuar na mesma penosa situação, vendo a economia enfraquecida, as exportações sem o necessário ritmo, o desemprego aumentando, os dramas sociais se multiplicando.

Se Tancredo Neves representa efetivamente a esperança do povo brasileiro por mudanças já, é preciso que comece pela principal de todas elas, pois, com essa mudança outras virão naturalmente.

A Nação hoje faz um pedido e, ao mesmo tempo, um alerta:

**Moratória já, ou fica como está".**

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulta

à Liderança do PMDB se fará uso do restante do horário que lhe é destinado.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Eu ocuparei a tribuna, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Com a palavra, o Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, por vinte minutos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O PMDB não impõe, discute. Inicio este meu pronunciamento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, com esta afirmação. Como mote, no sentido de registrar nos Anais desta Casa, a realização em Curitiba, a partir de hoje, até o dia 06 do andante, de mais um Seminário Nacional promovido pelo PMDB para definir uma política nacional, para o futuro Governo da República, o Governo Tancredo Neves. O Paraná através do Diretório Regional do PMDB já teve oportunidade de debater os problemas da agricultura brasileira e realizou em Curitiba, um Seminário que definiu a política nacional da Agricultura, e ofereceu a Sua Excelência, o Senhor Tancredo Neves, um documento que refletida, como reflete, todos os debates havidos na oportunidade, com a presença das mais significativas autoridades da Agricultura brasileira, que durante algum tempo debateram exaustivamente os múltiplos aspectos desta mesma realidade.

Estamos, hoje, a assistir em Curitiba, mais um Seminário Nacional, o 2.º em Curitiba, no Paraná, organizado sob os auspícios do Diretório Regional do PMDB e da Fundação Pedroso Horta do Paraná, que eu tenho a honra de presidir, que é o órgão de estudos e pesquisas do Partido a nível estadual. A exemplos destes dois eventos no Paraná, por muitos Estados brasileiros, outras políticas nacionais foram debatidas e analisadas e oferecidas a Sua Excelência, o Senhor Tancredo Neves, para servir de embasamento, a fim de poder definir um programa que há de se instalar a partir de 15 de março de 1985.

No evento que hoje se iniciou em Curitiba, vários temas estão sendo abordados e discutidos. Assim, por exemplo, na parte da manhã, hoje, o tema primeiro foi analisado e que tratava da Atualidade e Perspectivas da Política Energética Brasileira. Agora à tarde, dois outros temas estão sendo analisados: a questão do carvão e as formas alternativas de produção e de utilização de energia.

Amanhã, no período da manhã, será analisada a questão do petróleo e, a tarde, técnicos os mais renomados que estão chegando a Curitiba, analisarão com técnicos locais, a questão do álcool e a questão da atualidade e perspectivas da política nuclear brasileira.

E finalmente, na 5ª feira, dia 06, dois temas também serão analisados: "Atualidade Perspectiva do Setor Elétrico Brasileiro" e, finalmente, "Energia, Meio Ambiente e Impactos Sociais".

Dos debates que estão se realizando e vão se realizar até 5ª feira, nesta sessão da tarde, será elaborado um documento síntese que na sessão do encerramento, sessão solene que será realizada neste ambiente, nesta Assembléia Legislativa, o

Senador Alvaro Dias, como Presidente Regional do PMDB, fará entrega ao Senhor Tancredo Neves de um documento - síntese dos debates a fim de poder Sua Excelência ter fundamentadas as suas idéias para poder bem organizar o seu programa de Governo.

Nesses debates todos os vários profissionais de comprovadas competências estão participando, não só de Curitiba e do Paraná, como de resto, de todo o Brasil. Assim por exemplo, sem demérito e quaisquer outros, eu quero destacar a presença do técnico José Goldemberg, de Maria P. Bering, José Isbelo Campos, de João Batista Bastos, de Luiz Carlos Pinheiro Machado, de Rogério Cerqueira Leite, de Heinz Dieter Fill, de Joaquim Francisco de Carvalho, de João Lizardo de Araújo, de José Walter Baptista Vidal, de Walter Bellik, de Cícero Ivan F. Gontijo, de José Marques Neto, de Mário Baggio Moreira, de Antônio Carlos Boa Nova, de Marcelo Guimarães Melo, de José Zatz, de Flávio Brinckman, de Honorato Antônio Tomelin, José Alcides Fonseca Ferreira, José Carlos Frágoso Linhares, Luiz P. Rosa, Fábio Celso Guimarães que, aliado a um grupo de técnicos paranaenses como Francisco Magalhães Filho, Carlos Artur Krieger Passos, Riad Salamuni, Ari Velozo Queiroz, Claus M. Germer, Maurício Fruet, Francisco Luiz Sibut Gomide e Nilton Friedrich, estão debatendo a problemática energética brasileira. Em todos eles, a grande preocupação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é a necessidade de estabelecer mudanças na estrutura e na política energética brasileira, tendo fundamentalmente como princípios para orientação dos debates, a necessidade da democratização das decisões. Isso porque, Senhor Presidente, não só no campo da energia, como em todos os campos da realidade sócio-econômica política deste País, o que há e tem havido, nos últimos anos, o centralismo exagerado que impede a solução verdadeira dos problemas regionais brasileiros.

Por outro lado, o Simpósio tem como fundamento, para orientação dos debates, a descentralização dos processos de decisão, já que também da mesma forma há evidentemente sob outro ângulo, um conjunto de medidas que centralizam o processo sem levar em conta as peculiaridades regionais. Há que se estabelecer também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, mudanças institucionais para poder proporcionar essa democratização e essa descentralização.

Finalmente, quero realçar que uma das preocupações que estamos notando no Seminário desde já é que não se pode estabelecer a produção de energia em qualquer das suas modalidades, como um fim único e em si mesmo: produzir por produzir energia nada vale; o que nós queremos é condicionar a produção de energia, às necessidades mais prementes da população e já hoje nós tivemos um debate no sentido de definir uma outra orientação na estrutura de consumo da energia, para poder definir uma estrutura de produção adequada às necessidades de consumo e muito foi analisado hoje pela manhã nos debates havidos, a necessidade de definir um outro tipo de energia, por exemplo, para o transporte coletivo, para poder diminuir os custos de operacionalidade deste importante serviço público de que tanto

precisa a população dos grandes centros urbanos de nossa Pátria.

Fica aqui o registro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para mostrar que o PMDB está oferecendo ao candidato Tancredo Neves, um conjunto de subsídios debatidos com a população porque esses seminários são abertos ao debate para quem quer nele participar, inclusive, hoje, vimos membros de diversos partidos políticos participando do diálogo e do debate, porque está aberta a toda sociedade, a toda comunidade paranaense e brasileira.

E por isso, havemos de tirar um documento que dê uma orientação firme e certa para Sua Excelência poder definir um programa de Governo para vigorar a partir de 15 de março de 85, como anseia e espera a Nação brasileira.

E termino, Senhor Presidente, repetindo o "slogan": "O PMDB não impõe, o PMDB discute com toda coletividade".

O Sr. Tadeu França - Concede-me um parte?

(Assentimento).

Senhor Deputado, Adhail Sprenger Passos, nós que temos sentido o seu desvelo em presidir de uma forma brilhante, democrática, genuinamente comprometida com as necessárias etapas de transformação que se fazem indispensáveis em nosso País. Nós o cumprimentamos pelo seu pronunciamento, e saiba, que a Fundação Pedroso Horta do Paraná, tão bem presidida por Vossa Excelência, de fato, um símbolo para todos os democratas, para todos aqueles que sonham em termos de construção de uma pátria em que as maiorias possam ter lugar, possam ter vez. E é por esta razão, pela verdadeira marca patriótica e democrática - da Fundação Pedroso Horta - da qual Vossa Excelência, tem sido um ímpar batalhador, que nós dizemos, sem qualquer pretensão outra que não a de retratar a verdade, em todo o Paraná o trabalho de Vossa Excelência, fazendo com que o PMDB venha a caracterizar-se como o partido político da discussão aberta, para que as mudanças sociais tão indispensáveis, venham a ser as mudanças não de uma cúpula, mas aquelas pretendidas por todo o povo. Passou a ser, esta Fundação, um símbolo, uma verdadeira cartilha, um referencial segundo, para todos aqueles que ousam sonhar com uma pátria livre e melhor.

Parabéns, portanto, e tenha certeza de que o seu trabalho - fértil, democrático, voltado para os compromissos populares - é, sem dúvida alguma uma realização da qual todos nós seus colegas nos orgulhamos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Eu agradeço

o aparte do Deputado Tadeu França que muito me honrou e concluo, Senhor Presidente, afirmando que a organização desse seminário, coube a uma equipe da qual, inclusive, há a representação da Bancada do PMDB através do Deputado Mário Pereira, a participação de pessoas, de técnicos ligados ao setor energético e teve a colaboração mais intensa dos Senhores Deputados, porque, inclusive, os Deputados estão cada um deles, alguns deles, é bem verdade, não todos designados para presidir as sessões de trabalho. Neste momento, por exemplo, o Deputado Nestor Baptista está presidindo a sessão, está discutindo a questão do carvão.

e outros Deputados estarão também participando, inclusive, hoje, pela manhã.

De modo que há uma integração partindo através dos seus múltiplos órgãos: Bancada do PMDB e técnicos ligados ao setor que estamos analisando.

Por outro lado cumpre aqui também registrar, para satisfação nossa, que o PMDB do Paraná, dirigido pelo Senador Álvaro Dias, juntamente com o Departamento Feminino do Diretório Regional, presidido pela Deputada Eroni Pugliesi, começarão também, a analisar os problemas da mulher a partir do dia 06, no dia 07 e no dia 08 do corrente -

- Seminário Nacional da Mulher Peemedebista. É bom que se registre também, nestes Anais, este outro evento do Partido PMDB no Paraná. E durante três dias debatidos todos os problemas que afetam a realidade da mulher no Brasil.

É digno também de registro este trabalho do PMDB, abrindo as suas portas, como muito bem frisado foi pelo Deputado Tadeu França a toda a comunidade paranaense, a fim de debatermos lá, naquela escola de Civismo, naquela escola de análise dos problemas brasileiros, que é um partido político, que deve ser um partido político e o PMDB do Paraná caminha para ser efetivamente a mola propulsora para as transformações que a sociedade brasileira deseja por imperativo das necessidades de todo o povo brasileiro.

Era só, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa consulta a Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Falará, inicialmente, Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Com a palavra o Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Amanhã, em Curitiba, haverá uma Assembléia Geral dos servidores públicos às sete e meia da noite, no Auditório do Colégio Estadual do Paraná. Esta Assembléia é organizada pela FESPAR - Federação dos Servidores Públicos do Paraná, e o funcionalismo público está sendo convocado a participar desta Assembléia Geral para fortalecer a Federação na sua luta, a luta pelo reajuste de salário a partir de 1.º de janeiro.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Eu quero lamentar que o Governador José Richa que tanto apoio, que tanto voto recebeu do funcionalismo público, esteja se recusando a conceder audiência solicitada pelos representantes da FESPAR, na pessoa do seu Presidente, José Maria Corrêa, do seu Secretário, Doático Santos, e dos demais membros da diretoria que estão há vinte dias insistindo com o Palácio Iguaçu, para conseguir uma audiência com o Governador que a classe apoiou em massa. Mas o Senhor José Richa não concedeu audiência, não tem dado nenhuma explicação se ela será ou não concedida.

E também o próprio Secretário de Administração

está tendo uma desconsideração muito grande com os membros da FESPAR, com os verdadeiros representantes do funcionalismo, porque igualmente o Senhor Secretário de Administração não deu nenhuma satisfação aos insistentes apelos de uma audiência com o Governador José Richa.

A classe está pedindo e o assunto será amplamente debatido amanhã nesta Assembléia Geral; eles pedem ao Governador José Richa aumento salarial de 122,7%, ou seja, 72,7% equivalente ao INPC integral e mais 50% a título de reposição das perdas salariais.

Portanto, o funcionalismo deseja um aumento de 122,7%. O funcionalismo reivindica ainda o 13.º salário sobre o total da remuneração do servidor estabilidade no emprego para os servidores celetistas. Nós temos visto no Governo de José Richa algumas demissões de caráter político, algumas pessoas que foram demitidas, e, inclusive, na própria Secretaria de Saúde, conforme a imprensa da capital noticiou amplamente, demissões de caráter meramente político.

Por isso eu acho muito justo que a FESPAR reivindique do Governador José Richa a estabilidade no emprego para todos os servidores celetistas, para evitar Senhor Presidente e Senhores Deputados, que na troca de Governador o funcionalismo perca noites de sono, vivendo momentos de tensão, de inquietação, com aquela amargura, com o medo de ser demitido pelo Governo que vai entrar.

Eu acho que a estabilidade é um direito sagrado do servidor.

Unificação dos regimes de trabalho - CLT e Estatutário - Piso salarial de três salários mínimos.

A imprensa tem levantado o assunto da inflação para o novo Governo e chega a admitir que mesmo ganhando Tancredo Neves, que deve ser o novo Presidente, a inflação no Brasil no ano de 85 poderá ficar em torno de 300%, e o funcionalismo do Paraná está pedindo a José Richa um piso salarial de três salários mínimos, o que não representa muito, diante da inflação muito alta aqui no Brasil.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu solicitei o aparte de Vossa Excelência e vou fazê-lo abordando dois aspectos do pronunciamento de Vossa Excelência ainda não concluiu: as reivindicações. Estas reivindicações são conhecidas há muito tempo pela sociedade, globalmente considerada pelas entidades de classe dos servidores públicos. Lamento que os governos passados, durante os vinte anos não souberam atender estas reivindicações. Não será possível ao Governo atual, que tem apenas dois anos de vida, atender a todas as reivindicações que os governos passados esqueceram.

O segundo aspecto é quanto à audiência que Vossa Excelência disse que foi negada. Não foi negada. Foi determinado que a oportunidade seria dada oportunamente, e tenho ciência de que esta audiência às entidades de classe será oferecida no devido tempo. Por isto não é verdade que tenha havido uma negação em ouvir os servidores públicos.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Lamento que Vossa Excelência esteja chamando de mentirosos os dirigentes da FESPAR, inclusive que se encontram,

com muita honra, aqui no plenário da Assembléia Legislativa.

Nobre Deputado Adhail Sprenger Passos, acho que devemos partir sempre do momento atual, porque se formos analisar quem fez ou deixou de fazer pelo funcionalismo, é possível que se jogue a culpa até em D. Pedro, que já não concedeu tudo de imediato para este Brasil, à medida que os problemas vão surgindo, as reivindicações vão surgindo, acho que temos que batalhar por todas elas. E se há reivindicação, como a da FESPAR, estou aqui para dar amplo apoio a esta entidade, que está lutando por uma coisa que José Richa prometeu durante sua campanha.

**O Sr. Adhail Sprenger Passos** — Nós também damos apoio.

**O SR. ANTÔNIO BELINATI** — Como candidato a Governador José Richa prometeu fazer a reposição salarial, prometeu corrigir as injustiças que o funcionalismo vinha sofrendo de Governos Passados. É bom lembrar que José Richa foi eleito já há dois anos Governador, e a classe continua fazendo as mesmas reivindicações.

E mais ainda, a FESPAR vai debater nesta Assembléia Geral dos Servidores Públicos do Paraná, amanhã, um reajuste trimestral, a partir de primeiro de janeiro de 85.

Alguns podem até espantar. Reajuste trimestral? É bom destacar, Sr. Presidente Trajano Bastos, que no Brasil, ainda nesta Semana, ou de dez dias para cá, foi noticiado com destaque pela imprensa, alguns Prefeitos do Brasil já estão dando aumento mensal para funcionalismo municipal. É que os preços nos supermercados são remarcados a cada quinze dias, no máximo. Quando a gente vê o funcionalismo pedindo aumento trimestral e, levando-se em conta que já existe no Brasil Prefeito que está concedendo aumento mensal para o seu funcionalismo municipal, acho que a classe, aqui no Paraná, está sendo até modesta, para pedir um aumento apenas trimestral ao Governador José Richa.

**O Sr. Odeni Mongrue** -- Vossa Excelência me concede um aparte?

**O Sr. Antônio Belinati** — A classe pede ainda equiparação das vantagens dos inativos igual aos servidores da ativa. Não é justo que aquele que esteja inativo e que já prestou tanto serviço ao nosso Paraná, depois de aposentado ele tenha que ter um tratamento desigual, não receba um salário igual aquele que está na ativa. Acho um ponto fundamental, bastante humano e cristão, a equiparação das vantagens dos inativos da ativa; participação dos servidores no Conselho Deliberativo de Pessoal, através da Federação dos Servidores Públicos do Paraná.

São estas, Sr. Presidente Trajano Bastos, as principais reivindicações da FESPAR, que serão amplamente debatidas amanhã. E lamentando, como eu disse, que esta federação esteja, há vinte dias, insistindo com o Palácio Iguaçu e, infelizmente, as portas do Palácio estão fechadas para a concessão desta audiência. A federação quer ter esta audiência com José Richa antes da mensagem de aumento ser enviada para a Assembléia. Porque depois poderá ser um fato consumado, o Governador poderá justificar que não

vai voltar atrás e o funcionalismo acabará sendo prejudicado.

Com muito prazer o aparte ao Deputado Odeni Mongrue.

**O Sr. Odeni Mongrue** — Indagaria ao Deputado

Antônio Belinati se Vossa Excelência terá um tempo maior nessa tribuna, a fim de que eu possa oferecer aqui a minha contribuição. O Deputado Losso não sei se concederia, porque o tempo está esgotado.

**O Sr. Ezequias Losso** — Esta liderança concede mais 5 minutos ao Deputado que se encontra na tribuna.

**O SR. PRESIDENTE** — (Trajano Bastos) Por mais 5 minutos, continua com a palavra o Deputado Antônio Belinati.

**O SR. ANTÔNIO BELINATI** — Muito obrigado. Continua com o aparte o Deputado Odeni Mongrue.

**O Sr. Odeni Mongrue** — Gostaria, Deputado Belinati, de destacar que Vossa Excelência sempre tem feito exatamente o que faz hoje; uma fala permanentemente em favor das classes menos favorecidas e, em especial, em favor do funcionalismo público do Estado do Paraná, de um modo geral.

Vossa Excelência foi, no passado, é no presente, e por certo, será também no futuro, defensor intransigente da aplicação da justiça ao trabalhador anônimo que, indiscutivelmente, mantém a máquina do Estado e alcança, de forma efetiva, o desempenho do Governo.

Vossa Excelência, dentre um rol de solicitações encaminhado pela FESPAR, em favor do próximo reajuste salarial, ao servidor neste Estado, elenca alguns pontos. Um deles é a correção propriamente dita. Esta que os servidores suplicam seja na ordem de 122,7 %.

Nós, desde o ano passado, vínhamos solicitando ao Governo José Richa que adotasse como critério, para efeito de cálculo nos reajustes do servidor público, o INPC. Inicialmente este índice não foi atingido. Posteriormente, o Governo do Estado do Paraná o incorporou na sua forma de critérios e de cálculos, índice determinado pelo Governo Federal.

Ora, nós sabemos, em que pese seja esse índice um valor oficial, em absoluto poderia ser entendido como um valor real, efetivo do aumento do custo de vida, e notávamos que, justamente, o nosso apelo era acolhido pelo Governo com uma certa defasagem, caracterizada esta defasagem pela atitude, por exemplo, de empresários que já não mais se subordinavam aos índices oficiais não só porque eram anacrônicos, porque eram, acima de tudo, injustos; porque não corresponderiam, absolutamente, às necessidades mínimas dos trabalhadores junto à iniciativa privada. E neste exato momento, observávamos, então, que os Governos estaduais, caminhando atrás do empresariado, chegavam e adotavam para os seus servidores o índice nacional de preços ao consumidor.

O que nós queremos destacar é de que, se de um lado houve, realmente, a incorporação desse índice, por outro lado, houve um certo retardamento, uma certa demora na adoção desses índices, o que faz

com que o salário do servidor público, de um modo em geral, e particular, no Estado do Paraná, se defase, acentuadamente, nos últimos dois anos.

Não nego também que nos anos anteriores, nos Governos anteriores, os funcionários públicos não foram suficientemente atendidos, e acentuou-se consideravelmente a perda do poder aquisitivo dos salários desses servidores; empobreceu o servidor público também nos Governos anteriores.

Porém, como a pregação reformista feita pelo PMDB colocada como compromisso de campanha, seria evitar defasagens dessa natureza. Não podemos entender nós, a não ser a prevalência do comportamento incoerente de que se acentue nos dois últimos anos, uma defasagem de ordem de 50 % do índice nacional de preços ao consumidor. Portanto, me parece justa essa pretensão, me parece muita oportuna, também, dos servidores públicos, em solicitarem que as correções se façam sentir no período em questão, o período dos dois últimos anos, porque seria extremamente difícil, inatingível até, a meta, se buscasse o Governo atual corrigir distorções e injustiças históricas; é preciso que se coloque, também, esse aspecto ao pleno conhecimento a tantos quantos nos ouvem.

Mas quero, acima de tudo Deputado, enfatizar de que há possibilidades de que se corrijam, pelo menos, essa defasagem. Há perfeitas possibilidades financeira, há uma certa facilidade de caixa hoje, no Governo do Estado do Paraná, que possibilitará o atendimento do 13.º mês, da gratificação natalina, que atua apenas os valores básicos do salário, deixando as vantagens a descoberto. E nós sabemos...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Comunico ao orador que se encontra na tribuna que os quinze minutos concedidos por vossa liderança estão esgotados.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente essa liderança concede mais cinco minutos ao orador que se encontra na tribuna.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Por mais cinco minutos o Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Pode prosseguir Deputado Odeni Mongrue.

O Sr. Odeni Mongrue — Comentava Sr. Deputado a respeito da composição da receita do Governo do Estado. Nós estivemos recentemente analisando, por determinação da Bancada da Minoria, o orçamento geral do Estado. Não tivemos oportunidade de discutí-lo, é verdade. Até fomos, aqui nas nossas emendas, vítimas da atitude abusada na Bancada da Maioria, que pura e simplesmente, sem discussão, sem justificativa, tolheu este Poder de propôr mudanças, adequações, ou correções do orçamento geral do Estado. Mas a um vôo de pássaro, verificamos que o comportamento da receita é extremamente interessante. A receita, nos dois últimos anos de Governo, cresceu mil duzentos e quarenta por cento. E se Vossa Excelência me perguntar agora, quanto cresceu o custeio de pessoal nestes dois últimos dois anos de Governo, diria Vossa Excelência, que cresceu 734, 735 % aproximadamente.

Veja bem, o investimento de pessoal com os índices de crescimento não foram, absolutamente, tão altos, quanto foram os índices que compõe o acréscimo da receita estadual. Então há perfeitas possibilidades, creio eu,

de que se complete agora, no que se refere à gratificação natalina, comumente chamada 13.º salário, que se incorpore, para efeito de cálculo, também os outros direitos e outras vantagens, oferecendo possibilidade do servidor público ter um final de ano mais expressivo, mais significativo.

O Governo José Richa, na verdade, fez essas promessas, ou melhor, na campanha eleitoral fez essas promessas. O Governo até o presente momento não conseguiu cumprir. Eu faço votos que consiga agora, dado a flexibilidade do caixa, porque se levantar-se a ligação de que compromissos anteriormente assumidos implicam em pagamento de dívida externa por parte do atual Governo, nós podemos dizer que o orçamento nos mostra que 91 % dos compromissos externos serão rolados no ano de 1985, isto é, serão transferidos, provavelmente, para um próximo Governo. Então há flexibilidade financeira; há facilidade de caixa suficientemente para que se atenda, neste presente momento, às reivindicações justas do servidor público do Estado do Paraná. Corrigindo, aí sim, injustiças praticadas historicamente, estruturalmente em Governos anteriores; mas tem o Governo José Richa agora, neste instante, a oportunidade, praz a Deus, que assim o consiga, a fim de que possa ele, dar amplo cumprimento a essa promessa de campanha. E nós seremos os primeiros como aplaudimos a incorporação do índice nacional de preço ao consumidor, ressalvada a defasagem que já observamos, aplaudiremos, com certeza, como Vossa Excelência aplaudirá, desde que sejam os servidores públicos estaduais atendidos até o presente momento.

O SR. ANTONIO BELINATI — Muito obrigado ao nobre Deputado Odeni Mongrue. Vossa Excelência só veio honrar nosso pronunciamento. Com muita honra concedo aparte ao ilustre e valoroso Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior — Nobre Deputado nós gostaríamos de mencionar que é uma luta, evidentemente, do funcionalismo público, é válida. Toda classe deve lutar por melhorias, e sempre.

No Governo recente, do PDS, onde existia um aumento de 40 a 50 %, já era um grande negócio. Hoje os funcionários públicos do Estado do Paraná lutam por 122 % na sua semestralidade, o que é válido, e futuramente tentarão mais, evidentemente. Tentam, hoje, receber o 13.º salário integral, dos seus haveres, foi mais uma conquista no atual Governo. E eles devem continuar lutando para conquistar mais. Contudo nós gostaríamos que Vossa Excelência que indiscutivelmente, luta sempre por essa classe, manifestasse, também, o desejo de que o Governo Federal, o Governo do PDS, o Governo que Vossa Excelência representa, fizesse a distribuição dos tributos de maneira correta, que fizesse uma reforma tributária, para melhorar a situação dos Estados e dos Municípios, para que não só os funcionários públicos do Estado do Paraná ou quaisquer outros Estados tivessem um melhor salário, melhor ganho, mas também os funcionários públicos municipais; porque Vossa Excelência sabe e Vossa Excelência foi prefeito de uma das mais importantes cidades do Paraná, sabe do desespero das Prefeituras Municipais, e dos Estados, em função da falta de uma reforma tributária, que deveria ter sido feita pelo Governo do PDS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica ao ilustre orador que se encontra na tribuna, que o tempo concedido por vossa liderança está esgotado. Consulto à Liderança do PDS se fará uso do restante do horário.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Mais dois minutos o Deputado Antônio Belinati, para em seguida falar o nobre Deputado Odeni Mongruel.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Com a palavra o Sr. Deputado Antônio Belinati por mais dois minutos.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Muito obrigado, Sr. Presidente. Com muita honra...

O Sr. Erondy Silvério — Muito obrigado, e eu não vou consumir mais de um minuto, quero discordar de duas colocações feitas pelo nobre Deputado Ferrari Júnior: em primeiro lugar, estou de acordo em gênero, número e causa com o pronunciamento de Vossa Excelência. Mas discordo de uma colocação que matreiramente, fez o nobre Deputado Ferrari Júnior, dizendo que no Governo do PDS, quando o funcionário obtinha no semestre, 40 %, fazia festa, e agora fala em 120%. Esquece Sua Excelência que os tempos são outros; e quando se deu ao funcionalismo, durante 12 meses, no nosso Governo, 89 %, ficamos apenas a 18 pontos abaixo da inflação. E quando se dá neste Governo, 140 %, fica 100 pontos abaixo da inflação. O Governo não está dando aumento, não está sequer fazendo a reposição salarial. Então é preciso que se coloque bem esta questão, para que subjetivamente não se procure dar ao funcionalismo uma falsa impressão. Numa inflação de 117 %, mais valem 89 % de aumento salarial, do que 140 numa inflação de 220 %.

A outra colocação que eu discordo do nobre Deputado, é que ele insistentemente, apesar de ser um ex-arenista, um ex-pedessista, vir insistindo e batendo na mesma tecla, que nós devemos insistir junto ao Governo Federal, que é o nosso Governo, para que promova as reformas de base, reclamadas pelo País, pelos diversos segmentos da sociedade brasileira.

Não concordo com esta colocação, porque o PDS não tem Governo; o PDS tem apenas um padrão que é o povo. A ele sim, nós devemos obediência, a ele nós devemos trabalho, a ele nós devemos dedicação. Nós, nunca vimos nenhum Deputado do PDS subir à tribuna para defender Galvêas, Delfin, e outros Delfins da vida, nunca! Nós não temos Governo. O PDS eventualmente, apoia as medidas, certas, corretas, que vêm ao encontro das aspirações do povo brasileiro. Isto, sim, tem acontecido.

Agradeço a Vossa Excelência e à Liderança do meu Partido pela oportunidade que me deu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna, que o tempo de dois minutos concedidos por vossa liderança está esgotado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Eu lamento, então, e pelo apelo novamente, Sr. Presidente, ao alto espírito, à alta sensibilidade do Governador José Richa, para que não fique mudo diante desses apelos e das reivindicações do funcionalismo.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Com a palavra o Sr. Deputado Odeni Mongruel, por 17 minutos.

O Sr. Ferrari Júnior — (Pela Ordem) Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior — Foi impossível Sr. Presidente, fazer a minha manifestação em função do término do tempo do ilustre Deputado Belinati, mas eu só queria dizer que a minha ARENA era a de Teotônio Vilella e Jayme Canet; não esta coisa que está aí hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa deixa de acabar a questão de ordem levantada por Vossa Excelência, por ausência de amparo regimental. Com a palavra o Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós tivemos na tarde de hoje, a denominação da sensibilidade política, da acuidez mental do Deputado Erondy Silvério. O Deputado Erondy Silvério teve duas intervenções, na tarde de hoje, deu demonstração de sua sensibilidade política, da sua acuidez mental. O Deputado Erondy Silvério teve duas intervenções na tarde de hoje que demonstram a sua capacidade de homem atilado e perfeitamente identificado com a responsabilidade do seu mandato. Eu o aplaudo Deputado, porque serve de exemplo a todos nós, num momento em que perdemos o rumo, em que a coerência é ser incoerente. Vossa Excelência dá uma demonstração de equilíbrio com essas suas duas intervenções. Umadela, exatamente esta última, quando debate o Deputado Ferrari Júnior, quando o Deputado Ferrari Júnior talvez não tendo a intensão, mas a usar do aparte que lhe foi concedido, procurou de uma forma retórica já sobejamente conhecida, jogar responsabilidades em governos e nos integrantes da Bancada da Minoria nesta Casa. Porque indiscutivelmente, os dois pontos que aparteei o Deputado Belinati, são da maior importância na solicitação dos servidores públicos estaduais. Uma prende-se à correção salarial em índices tais que permitam a recomposição de salário consideravelmente enfraquecido também nos dois últimos anos de Governo do PMDB e de outra parte, a composição da gratificação natalina, obrigando os demais direitos e vantagens, e tudo isto acontece, Senhores Deputados, no exato momento que o Governo do Estado do Paraná, prazeirosamente, e até uso a expressão, por capacidade de desempenho talvez dos atuais administradores, conseguiu transformar uma situação extremamente negra em 8 meses apenas e oferecer demonstração de desempenho extraordinárias.

Sai um Secretário de Finanças, assume outro e a equipe funciona exatamente acertada, alcançando os mais altos níveis e índices de rendimento nesse aspecto.

Então se a situação de caixa é extremamente favorável, nós acabamos de verificar nos dois últimos anos de Governo, a receita centralizada do Estado cresceu 1.240 %. As despesas com pessoal cresceram apenas 735 %. Há uma diferença considerável entre esses valores. A receita crescendo muito mais do que a



inflação, o pagamento do pessoal crescendo aquém da inflação.

Então é justa a reivindicação, é uma reivindicação perfeitamente procedente e acredito que não é outra posição da Bancada do PMDB que não está de que os servidores públicos sejam contemplados neste momento e não é outra oportunidade mais favorável onde as facilidades de Caixa, análise do Orçamento do Estado, levada a efeito pela própria Comissão Especial desta Casa, presidida pelo Deputado Artagão de Mattos Leão e secretariada pelo Deputado Anibal Khury, dá a demonstração inequívoca de que esses valores realmente são expressivos e eu não vejo portanto, e aí está a importância da sua intervenção, Deputado Erondy Silvério, ao aparte do Deputado Ferrari Júnior, de se observar neste exato momento, aspectos pertinentes à reforma tributária.

Quem de nós não deseja ficar livre desse centralismo que Brasília nos impõe desde há muito e neste instante, com relação ao Estado do Paraná, não é a reforma tributária que vai facilitar ou viabilizar o atendimento à justa reivindicação dos servidores públicos uma vez que o Estado do Paraná "vai bem, obrigado" o Estado do Paraná está em perfeitas condições financeiras para prestar tal atendimento.

A outra intervenção que o Deputado Erondy Silvério fez e é bom que se registre nos Anais desta Casa, é com relação ao aparte do Deputado Ervin Bonkoski. O Deputado pregava e prega ainda, a moratória como forma de livrar este País das suas dificuldades, mas, entendendo a moratória como unilateral. A moratória é bilateral. Ela é concedida pelo credor. A moratória pregada pelo Deputado Ervin Bonkoski, segundo entendemos, e aí vem a intervenção oportuna do Deputado Erondy Silvério, prende-se a uma atitude unilateral, subjetiva de parte do devedor, entendimento em linguagem vulgar, o calote.

E valeria à pena aqui, lembrar, alguns aspectos que me parecem muito importantes com relação ao próximo ano de 85 que é o ano subsequente de 86, são alguns raios de luz que surgem no horizonte. Acima de tudo, pela recuperação de economia que se faz sentir de forma bastante evidente. E eu alocuei alguns pontos aqui para caracterizar, por exemplo: as medidas adotadas pelos países endividados e não produtores de petróleo, contribuíram, consideravelmente, para evitar o aumento exorbitante do processo de endividamento deste País. Até o ano de 1982 essa dívida crescia a mais de 13% ao ano, já em 1983, está aí o relatório do Banco Central, mostrar que a velocidade de endividamento foi consideravelmente atenuada, foi diminuída. E o Brasil endividou-se à ordem de 5,6% apenas, em 1983.

O outro aspecto que me parece da maior importância que fique registrado nos Anais da Casa, é dos grandes investimentos sobejamente condenados pela Situação, pela Oposição, investimentos como Tucuruí, como Itaipu, como Carajás entre outros, já foram feitos, o que cabe discutir é como foram feitos, o que cabe discutir são as prioridades, mas, jamais a respeito da existência desses grandes empreendimentos.

Isto posto, para o ano o que se espera, é o retorno tecnológico, é o retorno energético, é o retorno econômico, enfim, é a contrapartida que, por certo, se estenderá também ao campo social. O que se espera desses grandes investimentos a partir do próximo ano, é o retorno social por todos aguardados e desejado.

Um outro aspecto, o "superavit" financeiro no

balanço de pagamentos, alcançando o inesperado valor de 12 bilhões de dólares. É verdade, com profundos sacrifícios ainda. Ora, não se tem condições, num processo de endividamento como o nosso...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa informa que o seu tempo está esgotado, porém, concedo-lhe mais um minuto para concluir.

O SR. ODENI MONGRUEL — Eu agradeço. Apenas para coíocar: o final da recessão que desejamos e o início da recuperação econômica de forma mais acentuada, a partir do próprio ano, com diminuição das taxas de desemprego e a própria retomada de investimentos por parte da iniciativa privada, são sinais evidentes que as perspectivas vindouras, são infinitamente melhores do que os últimos anos que todos nós passamos neste País.

Portanto, este clima de expectativas positivas, por certo viabilizará o cumprimento de promessas colocadas em campanha eleitoral ainda bastante recentes e que fará com que o povo tenha condições de avaliar o desempenho dos governantes, num futuro breve.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Esta Presidência comunica aos Srs. Deputados que recebeu Mensagem do Sr. Governador do Estado convocando esta Assembléia para o período extraordinário, cujo teor solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda à leitura para conhecimento da Casa.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê Mensagem n.º 275/84).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Erondy Silvério, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Mensagem n.º 258/84, cujos termos solicito ao Sr. 1.º Secretário dê conhecimento à Casa.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê Mensagem n.º 258/84).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está em discussão a Mensagem. Em votação. **Aprovada.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n.º 200/84 e para os Projetos de Lei n.ºs 281, 308, 312, 331 e 334, todos de 1984, constantes da Ordem do Dia desta data. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — Do Projeto de Lei n.º 51/84, que

concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná,  
ao Senhor ANTÔNIO DE CAMPOS TAPAJÓS.  
**Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de  
preferência de votação de autoria do Senhor Deputado  
Adhail Sprenger Passos, acima aprovado:

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 200/84,  
que aprova a Prestação de Contas do Governo do  
Estado do Paraná, referente ao exercício de 1983.  
**Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 200/84**  
A. Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**RESOLVE:**

Artigo Único - Ficam aprovadas as contas  
do Governador do Estado do Paraná, referentes  
ao exercício de 1983.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 1984.  
(a) GILBERTO CARVALHO  
Presidente e Relator.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 281/84,  
de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que  
institui a data de 27 de outubro, como o "DIA  
DO APOSENTADO DO PARANÁ". Com PARECER  
FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM  
REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por  
artigo.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 308/84,  
de autoria do Deputado ANIBAL KHURY E OUTROS,  
que concede os Títulos de Cidadania Honorária  
do Paraná à Senhora ETY G. FORTE e ao Arquiteto  
LUIZ FORTE NETTO. Com PARECER FAVORÁVEL  
da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.  
**Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 312/84,  
de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem  
n.º 233/84), que altera o orçamento da Secretaria  
dos Transportes, cujos recursos adicionais terão  
como objetivo dar suporte ao Programa de Ação  
Municipal - PRAM e ao Programa Rodoviário  
BID 11, conforme especifica. Com PARECERES  
FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.  
EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Public.  
no D.A. n.º 119).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI N.º 312/84**

**PARECER:**

O presente projeto de lei de autoria do Poder  
Executivo, Mensagem Governamental n.º 233/84,  
visa alterar o orçamento da Secretaria dos Transportes,  
cujos recursos adicionais terão como objetivo  
dar suporte ao Programa de Ação Municipal - PRAM  
e ao Programa Rodoviário BID 11, conforme especifica.

Os recursos para a cobertura dos créditos  
de que trata o artigo 1.º são provenientes do Tesouro  
Geral do Estado, segundo disposto no parágrafo  
1.º, item II, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320,  
de 17 de março de 1964.

No âmbito desta Comissão de Constituição

e Justiça, chamada a opinar sobre a legalidade  
e Constitucionalidade da matéria, nada temos a  
opor a sua normal tramitação pelos demais órgãos  
desta Casa.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1984.  
(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente  
ARTAGÃO MATTOS LEÃO  
Relator.

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PROJETO DE LEI N.º 312/84**

**PARECER:**

O Projeto de Lei ora em exame nesta Comissão,  
de autoria do Poder Executivo Estadual, objetiva  
a possibilidade de abrir Créditos Adicionais ao  
orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes,  
no valor que especifica, com recursos provenientes  
do Tesouro Geral do Estado.

Como se trata de assunto cuja iniciativa é  
de competência privativa do Senhor Governador,  
conforme preceito constitucional contido no  
Artigo 47 da Carta Magna Paranaense, somos favoráveis  
à aprovação do mesmo, pois está de acordo com  
os dispositivos legais que regulam a matéria.

Por outro lado, no âmbito da Comissão de  
Finanças, chamada a opinar sobre o assunto,  
nada temos a opor, uma vez que o próprio projeto,  
em seu artigo 2.º, estabelece a origem dos citados  
recursos.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1984.  
(aa) ERVIN BONKOSKI  
Presidente  
DIRCEU MANFRINATO  
Relator.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar  
n.º 331/84, de autoria do Deputado ANTÔNIO  
ANNIBELLI, que dá nova redação acrescentando  
a expressão "E ADICIONAIS" no corpo do Artigo  
6.º da Lei Complementar n.º 21, de 26/10/84,  
conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL  
E EMENDA da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME  
DE URGÊNCIA. **Aprovado, por unanimidade,  
artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 334/84,  
de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem  
n.º 238/84), que altera os orçamentos próprios  
das Fundações Universidade Estadual de Maringá  
e Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e  
Letras de Jacarezinho, nos valores de Cr\$ 976.900.000  
(novecentos e setenta e seis milhões e novecentos  
mil cruzeiros) e Cr\$ 36.000.000 (trinta e seis milhões  
de cruzeiros), respectivamente. Com PARECERES  
FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.  
**Aprovado, artigo por artigo.**

Passaremos à apreciação do restante da  
matéria constante da Ordem do Dia.

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei n.º 232/84,  
(Mensagem n.º 189/84) que objetiva autorizar o  
Poder Executivo doar ao Município de Tupãssi,  
um imóvel de propriedade do Estado, constituído

dos lotes n.ºs 11 e 12, da quadra n.º 48, com área total de 1.200,00 m2, situados no referido Município e adquiridos pelo Estado, conforme matrícula n.º 12.336, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Assis Chateaubriand. **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 91).

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei n.º 239/84, que concedo Título de Cidadão Honorário ao Doutor WALTER ALBERTO PECÓITS, conforme específica. **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 92).

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei n.º 242/84, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BOQUEIRÃO - AMOB", com sede e foro no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 93).

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei n.º 250/84, que declara de utilidade pública a "APAE - ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS", com sede e foro no Município de Faxinal. **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 96).

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei n.º 276/84, (Mensagem n.º 211/84), que dispõe sobre enquadramento, mediante opção, no Quadro Próprio do Magistério, de Professores do Quadro Único de Pessoal que concluíram ou vierem a concluir cursos que os habilitem para tal e dá outras providências. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 143/84, que aprova as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas da falência dos Municípios, conforme específica. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 156/84, que aprova Termo de Revigoração de 24/04/84, dos Convênios de 22/11/83 e 08/12/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros dos Programas que especifica. (Mensagem n.º 146/84). **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 89).

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 157/84, (Mensagem n.º 147/84), que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento em 05/04/84, e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da COMEC, em obras públicas nos referidos Municípios. **Aprovado.** (Public. no D.A. n.º 77).

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 158/84, (Mensagem n.º 155/84), que aprova Convênio celebrado em 28/06/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e a SUDESUL, com interveniência da SUCEPAR, objetivando a execução de obras em conformidade com o PRONOROESTE. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 159/84, (Mensagem n.º 151/84), que aprova

Convênio celebrado em 29/06/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Guarapuava, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA". **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 160/84, (Mensagem n.º 150/84), que aprova Convênio celebrado em 29/06/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Paranavaí, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA" e "PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES URBANOS". **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 161/84 (Mensagem n.º 173/84), que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 29/06/84, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Ponta Grossa, objetivando aplicação de recursos financeiros, vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA" no referido Município. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 164/84, (Mensagem n.º 184/84), que aprova 6.º Termo Aditivo de 13/06/84, ao Convênio de 04/02/80, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e Ministério da Agricultura, objetivando dar continuidade às atividades de Erradicação do Cancro Cítrico no Estado do Paraná. **Em votação.**

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, apenas para registrar, enquanto esta Casa ratifica um contrato de aditivo existente entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura do Estado, com data de julho, quer me parecer, onde o Ministério se compromete a investir mais 500 milhões de cruzeiros na campanha de erradicação do cancro cítrico, sabemos que agora, nesta semana, cerca de 90 trabalhadores da campanha de erradicação do cancro cítrico estão sendo dispensados pela Secretaria de Agricultura. Aliás, o Senhor Secretário daquela Pasta há poucos dias deu entrevista à imprensa do Paraná dizendo que por faltar recursos, por falta de liberação de verbas do Ministério, aquela Secretaria teria que demitir cerca de 190 funcionários. E esta notícia nos foi trazida aqui, do plenário, através do Deputado Orlando Pessuti.

E eu contestando, Senhor Presidente, o argumento do Senhor Deputado Pessuti, disse que a responsabilidade da demissão de cerca de 190 funcionários, se viesse a acontecer, não era de responsabilidade apenas do Ministério da Agricultura, porque Sua Excelência o Secretário, havia, no ano passado, por ato seu, por decisão sua, isolado sem discutir o assunto com a Delegacia do Ministério aqui no Paraná, suspendeu, determinou a paralisação da campanha, já em outubro de 1983, cerca de 200

funcionários. Senhor Presidente e Senhores Deputados, daquela data até aqui, pouco fizeram ou nada fizeram.

E, agora, o Senhor Secretário cumpre a ameaça começando a demitir 90 dos 190 funcionários restantes da campanha. Ora, quem determina a paralisação, não pode pretender receber o ressarcimento por serviço que deveria ser executado e não foi.

E, para finalizar, Senhor Presidente, apenas para reiterar o que disse há pouco, a campanha de erradicação do cancro cítrico no Estado do Paraná é um problema nosso do Estado do Paraná. Não pode o Governo do Estado pretender que o Ministério da Agricultura se preocupe em solucionar tão grave problema econômico-social para o nosso Estado.

É hora, eu acredito, do Senhor Governador do Estado, José Richa, dizer se o Paraná vai ou não assumir a solução deste problema.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PAULO FURIATTI - Peço a palavra, Senhor Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - SR. Presidente, Senhores Deputados.

Em 1958, três municípios do Paraná, do Norte do Paraná, foram contaminados pelo cancro cítrico, e desde 1958 o Paraná vem sendo achacado por uma campanha de erradicação dos nossos laranjais; desde 1958 os nossos agricultores receberam nas suas propriedades, funcionários do Ministério da Agricultura, que eliminavam seus pés de laranja. Laranja e limão que o Paraná consome de São Paulo, com 99% de importação da produção de São Paulo, e nós não podemos produzir; em 1958 eram três municípios contaminados com o cancro cítrico, em 1978 eram cento e oitenta e quatro municípios contaminados no Estado do Paraná. E, durante este tempo todo, o Governo Federal ora fazia uma campanha de erradicação, ora paralisada. Nunca com recursos suficientes. E ficou provado que no Estado de São Paulo, havia cancro cítrico, e eles conviviam com a doença. E argumentavam que o Paraná teria que erradicar o cancro cítrico porque nos Estados Unidos, na Flórida, quando aconteceu a doença, eles erradicaram. Somente que os métodos do Governo americano eram diferentes dos métodos do Governo brasileiro. O Governo americano pagava para que os proprietários não plantassem e fiscalizassem na sua propriedade, durante 10 anos qualquer tipo de cítrico; o Governo brasileiro usava do autoritarismo e da polícia para cortar os pés de laranja dos nossos brasileiros paranaenses.

Mais de 95% de laranjas importadas de São Paulo, e em cada caixa de laranja vendida pelo produtor de laranja de São Paulo, eles recolhem uma parcela de recursos para financiar a erradicação do cancro cítrico num fundo chamado FUNDO CÍTRICO.

A COCA-COLA e as grandes multinacionais que exploram este setor, sempre seguraram as verbas para o Paraná.

Depois que a população se mobilizou no Paraná,

não aceitando mais esse tipo de jogo aos interesses daqueles que apenas produzem laranja em São Paulo, o Governo do Paraná em 1968 revelou-se e não concordou com a prática do Ministério.

Em 1979 o então Secretário da Agricultura Reinhold Stephânes ia ao Norte do Paraná e lá reunia agricultores e prometia a eles que o que estava errado eram os métodos da campanha, e o Ministério se comprometeu a dar dinheiro. Deu muito dinheiro em 1982, quando inúmeros carros e funcionários foram contratados para o cancro cítrico. Em 1982, que coincidentemente era um ano político. 1983 começou a choradeira junto ao Governo Federal. Isto porque, se o Deputado não sabe, é competência do Ministério da Agricultura resolver esses problemas, porque não, absolutamente, delega poderes ao Estado do Paraná, que sequer estabeleceram uma legislação de convivência com essa praga. 1984, o Governo do Paraná solicitou ao Governo Federal e esse concordou, na liberação de três bilhões de cruzeiros porque a quantidade na forma de erradicação do cancro cítrico é astronômica mesmo. Liberaram até agora apenas um bilhão e seiscentos milhões.

E quando fui a Brasília na semana passada, na Secretaria de Planejamento da Presidência da República, recebi, da Secretaria da Presidência da República a informação de que o dinheiro não seria liberado ao Paraná porque Nestor Jost, digo Ministro da Agricultura, quando esteve lá não deu prioridade para a erradicação do cancro cítrico do Estado.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a responsabilidade, se há, é do Governo Federal as responsabilidades, se ocorrem, são daqueles que teimam em não trazer ao Paraná o plantio de frutas cítricas dentro de um processo que nós possamos, realmente, produzir laranja e limão para a população paranaense.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, todos nós sabemos o valor que representa a laranja no meio rural, porque dentre as frutas do mercado, dentre as frutas à disposição da população, é umas das frutas mais fáceis para a população consumir, principalmente pela conservação, e até pela forma da fruta em se carregar e se levar à lavoura.

A responsabilidade é do Ministério da Agricultura, porque o Ministério da Agricultura nunca veio ao Paraná liberar área da forma como o Paraná desejava.

Saibam Senhores, que a região Norte do Paraná é uma das regiões mais propícias do mundo à produção de laranja e de limão. Mas porque nós não podemos produzir? Porque, se alguém dentre os 84 municípios interditados por portaria ministerial teimar em pegar uma muda de laranja e plantar, está cometendo um crime e é capaz de ir para a cadeia.

Agricultores foram massacrados. Agricultores até hoje carregam, dentro de si o ódio com homens do Ministério da Agricultura. Portanto que fique claro que esses funcionários que estão no cancro cítrico, hoje trabalhando, estão sendo demitidos por absoluta falta de recursos, e não por vontade do Paraná: grande parte desses funcionários contratados em 1981 e 1982. Não resta ao Paraná outra alternativa, porque todo Governo Federal centralizou a política

do cancro cítrico, e nós não podemos fazer absolutamente nada sem o aval centralista deste Governo.

Que fique claro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o cancro cítrico do Paraná a partir de 1985, chega de conversa mole, os agricultores nem mais vão acreditar nas nossas autoridades estaduais, que fizeram inúmeras reuniões, inúmeras reuniões com representantes do Governo Federal, que acertaram recursos, que mudaram estratégias, mas que as propostas concretas não ocorreram. Nós temos duas alternativas, ou gastar bilhões de cruzeiros e não conseguir combater um cancro cítrico que é uma bactéria que sobrevive no capim. E aos homens do Ministério da Agricultura, nós perguntamos a eles, se além de cortar os laranjais do Paraná, eles agora vão cortar o capinzal que tem no Paraná. Isto é dado científico. Esta campanha não resiste mais da forma como está sendo feita. É importante que esta demagogia de cancro cítrico, que o Paraná tem há 26 anos nas suas costas, acabe definitivamente, e que a responsabilidade do Governo Federal. Mas, tem uma coisa, Senhor Presidente, Senhores Deputados, logo, logo isto muda porque o País está mudando, e nós iremos, através de um sistema federativo e de uma constituinte, resolver essas questões, com o nosso povo, com a nossa base, com a nossa população.

Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Continua em votação a Redação Final do Projeto de Resolução n.º 164/84. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 165/84, (Mensagem n.º 161/84), que aprova Convênio n.º 10/84, celebrado em 26/07/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de São José da Boa Vista, objetivando concessão de auxílio financeiro para aquisição de um transmissor UHF, de 10W, para ser instalado na sede do referido Município. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 166/84, (Mensagem n.º 185/84), que aprova Convênio celebrado em 06/06/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e Ministério da Agricultura, objetivando execução de atividades de combate e erradicação da febre aftosa no Estado. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 167/84, (Mensagem n.º 172/84) que aprova 1.ºs Termos Aditivos de Convênio de 18/07/84, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras em conformidade com o PRONOROESTE. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 168/84, (Mensagem n.º 181/84), que aprova Convênio celebrado em 13/07/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e da SUCEPAR e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana nos Municípios signatários. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 169/84, (Mensagem n.º 144/84), que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e o Município de Santo Antônio da Paraniso, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética". **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 170/84, (Mensagem n.º 187/84) que aprova Convênio celebrado em 13/07/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e da SUCEPAR e o Município de Corbélia, objetivando execução de obras de controle da erosão no referido Município. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 171/84, (Mensagem n.º 162/84), que aprova Termo Aditivo de 23/04/84, ao Convênio de 22/02/83, entre o Estado do Paraná, através de sua Secretaria dos Negócios dos Transportes, do Departamento Hidroviário, do Departamento de Águas e Energia Elétrica e a PORTOBRÁS, com objetivos que especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 172/84, (Mensagem n.º 190/84), que aprova Convênios celebrados, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da COMEC e Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros do "Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustível" e "Programa de Investimentos em Transportes Urbanos". **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 173/84, (Mensagem n.º 160/84), que aprova 5.º Termo Aditivo de 11/06/84, ao Convênio de 06/06/79, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando dar continuidade à fiscalização do comércio de materiais de multiplicação vegetal e de produtos fitossanitários. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 174/84, (Mensagem n.º 180/84), que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento com a COMEC e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da COMEC, na execução de obras nos Municípios signatários. **Aprovado.**

O SR. AUGUSTO CARNEIRO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro à Mesa, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa atende.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente, eu declino da minha solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Havendo declinado da vossa solicitação, a Mesa irá proceder a verificação de votação requerida pelo Senhor Deputado Augusto Carneiro.

(É procedida a verificação de votação).

17 Senhores Deputados aprovam; 1 Senhor Deputado rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da Sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

## EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 174/84.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 308/84.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 331/84 e dos Projetos de Lei n.ºs 281/84, 334/84 e 222/84.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 312/84.

Levanta-se a sessão.